PETROBRAS A DEMISSÃO DE JEAN PAUL PRATES ESTAVA DECIDIDA FAZIA TEMPO. MAGDA CHAMBRIARD É UM NOME DO AGRADO DO PT DO RIO E DAS PETROLEIRAS PRIVADAS

TIRO NO PÉ EM DISCUSSÃO NO GOVERNO, A PROPOSTA DE DESVINCULAR O SALÁRIO MÍNIMO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES COLOCA EM RISCO O CRESCIMENTO DO BRASIL



NEM ASSIM

ENQUANTO AS ENCHENTES CONTINUAM A CASTIGAR O RIO GRANDE DO SUL, O CONGRESSO AVANÇA NO DESMONTE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS



FENAE 53 ANOS
FENAE
APCEF

INÊS249

×

Há 53 anos a Fenae está ao lado das empregadas e empregados da Caixa, lutando por seus direitos e por uma Caixa forte, 100% pública e social.

São mais de 5 décadas cuidando do presente e olhando com esperança para o futuro.

Conheça mais sobre a Fenae, aponte a câmera do seu celular para o QR Code.





FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CartaCapital

22 DE MAIO DE 2024 • ANO XXIX • Nº 1311

Os palestinos relutam em migrar para a "zona humanitária expandida" designada pelas forças israelenses. Pág. 44

Capa: Pilar Velloso. Foto: Gustavo Mansur/ Governo do Estado do Rio Grande do Sul



ARQUIVO/AFP E BRUNO DONATO

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR



CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: **www.cartacapital.com.br**

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE NEGÓCIOS: Henrique Rogatto
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos





CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: **http://Atendimento.CartaCapital.com.br**
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: **avulsas@cartacapital.com.br**



EFEITO BORBOLETA

Com muita tristeza e apreensão, o Brasil e o mundo assistem às enchentes e à destruição do Rio Grande do Sul. Infelizmente, muitos atuaram para flexibilizar as leis ambientais e fazer fortuna à custa da natureza. O governador Eduardo Leite, com sua postura negacionista, negligenciou todos os avisos. Agora, atordoado e com seu colete laranja, tenta jogar para seus eleitores, dizendo estar empenhado em mitigar prejuízos e salvar vidas.
Paulo Sérgio Cordeiro

O PLANETA PEDE SOCORRO

A enchente não terminou, é um processo. Significa que não temos uma conclusão sobre o desastre ambiental no Rio Grande do Sul. O que pode acontecer e o que fazer? Uma coisa é certa: teremos muitas mortes e grandes estragos nas propriedades e na produção agrícola. Este lamentável episódio deveria servir de lição para todos nós, globalmente, e não apenas no Brasil.
Antônio Negrão de Sá

A ERA DAS CATÁSTROFES

As *fake news* espalhadas pela extrema-direita contra o Exército no trabalho de socorro às vítimas das enchentes não foram à toa. São uma resposta às Forças Armadas por não terem aderido ao golpe pretendido contra Lula.
Sylvio Belém

Quem dizia que desmatar e poluir não afetava o clima? Uma minoria torpe lucra com o atraso, incluindo o marginal que dizia não ser coveiro e curtia as férias cavalgando um ruidoso *jet ski*, enquanto o povo morria. Que bom que a maioria dos brasileiros, diante de tragédias como esta no Rio Grande do Sul, parece importar-se e partilha o pouco que tem para ajudar o próximo e melhorar o mundo.
João Bosco

CAMPOS MINADOS

Prezado amigo Afonsinho, acompanho seus textos há algum tempo, algo que gosto muito, principalmente pela abordagem justa e tranquila que você faz com o nosso futebol. Pena que o assunto não seja tratado dessa forma pela maioria da imprensa, dos atletas e também dos ex-atletas.
Marcos Antônio de Oliveira

QUESTÃO DE ESTILO

A ministra Cármen Lúcia sempre foi corretíssima e corajosa em suas decisões. Certamente, fará um trabalho excelente no Tribunal Superior Eleitoral. Espero que tanto o TSE quanto o STF passem a aplicar punições rigorosas a Bolsonaro e sua corja.
Mônica Mendes

PELA HORA DA MORTE

Minha mãe morreu há um mês e passei exatamente por isso. De pronto, a moça da funerária disse que ela não teria direito ao sepultamento oferecido pela prefeitura, por não ser beneficiária do Bolsa Família ou de outros programas sociais. Aí foram mostradas opções a partir de 25 mil reais. Até que, finalmente, ela apresentou uma proposta "mais em conta", de 8 mil reais. Fiquei constrangido em tentar qualquer pechincha e, no fim dos acertos, a conta chegou a 13 mil reais com as taxas. A expressão "não tem onde cair morto" nunca fez tanto sentido para mim.
Bruno Andrade

Para os paulistanos, ficou caro até morrer. É provável que logo mais o defunto seja obrigado a pagar alguma taxa. Se deixar, privatizam até o céu.
Simone Germendorf

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Eixo do Mal

Ao comentar, na terça-feira 14, a tragédia climática e humanitária no Rio Grande do Sul, durante um evento com representantes do Judiciário dos países do G-20, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, voltou a defender a regulamentação das redes sociais e afirmou que parte das *Big Techs* está articulada com a extrema-direita. Barroso lamentou o dano causado pelas informações falsas em situações de calamidade pública. "Algumas estão ganhando consciência do mal que podem fazer, mas algumas servem à sua própria causa comercial", disse o ministro.

8 de Janeiro/ Quase todos em casa

Moraes manda soltar coronel da PM acusado de omissão nos atos golpistas

Aos poucos, o Supremo Tribunal Federal vai aumentando o número de solturas de presos acusados de participar da tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, mas ainda sem condenação definitiva. Na terça-feira 14, o ministro Alexandre de Moraes concedeu liberdade provisória ao coronel Jorge Naime, da Polícia Militar do Distrito Federal. Acusado de facilitar a ação dos golpistas, Naime foi o quinto coronel da corporação a ter o pedido de *habeas corpus* concedido pelo STF. Até agora, já foram soltos 1.557 participantes dos atos. Oitenta e oito ainda seguem encarcerados.

Todos os que ganharam a liberdade provisória cumprem medidas cautelares, mas nem todos aceitam a tornozeleira eletrônica. Ao menos nove bolsonaristas condenados por participação no ataque às sedes dos Três Poderes quebraram os dispositivos que traziam junto ao corpo e fugiram do Brasil. Sete dos fugitivos – em sua maioria mulheres – já foram condenados há mais de dez anos de prisão pelos atos golpistas e agora são considerados foragidos.



Dos mais de 1,5 mil presos após os ataques, apenas 88 seguem encarcerados

Ditadura/ ANTES TARDE...

MPF DENUNCIA CINCO AGENTES DA REPRESSÃO PELA MORTE DE MARIGHELLA

O líder da ALN foi executado a tiros em emboscada policial

O MPF denunciou, na terça-feira 14, cinco ex-agentes da ditadura pela morte de Carlos Marighella, ocorrida em novembro de 1969. Dirigente de uma das mais ativas organizações de resistência armada ao regime, a Aliança Libertadora Nacional, e considerado na época o "inimigo público número 1 da ditadura", Marighella foi assassinado em São Paulo após uma emboscada organizada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, titular do Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

Quatro agentes que participaram da caçada a Marighella foram denunciados por homicídio qualificado: Amador Navarro Parra, Djalma Oliveira da Silva, Luiz Antônio Mariano e Walter Francisco. Eles integravam as equipes de policiais que atuaram nos arredores da Alameda Casa Branca, na região dos Jardins, quando o líder da ALN foi assassinado. O quinto denunciado é o médico Harry Shibata, acusado de falsidade ideológica por ter forjado o laudo necroscópico do IML, omitindo informações que evidenciavam a execução sumária.

Na denúncia, o MPF lembra que o Brasil já foi condenado duas vezes na Corte Interamericana de Direitos Humanos por não punir os crimes cometidos pelos algozes da ditadura. Por isso, diz a Procuradoria, o País deve investigar e responsabilizar os envolvidos em assassinatos, torturas e desaparecimentos forçados no período.

Argentina/
Motosserra recompensada

FMI elogia pacote ultraliberal de Milei e sinaliza um desembolso de 800 milhões de dólares ao país

A inflação aproxima-se de 300% ao ano. Mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza. Escolas, universidades e hospitais públicos enfrentam uma asfixia orçamentária sem precedentes. A despeito dos desastrosos impactos sociais, o pacote ultraliberal de Javier Milei recebeu efusivos elogios do Fundo Monetário Internacional, que acaba de sinalizar a liberação de quase 800 milhões de dólares à Argentina.

"Com base no desempenho melhor do que o esperado no 1º trimestre – todos os critérios de desempenho foram cumpridos com margens –, o corpo técnico do FMI e as autoridades argentinas chegaram a entendimentos sobre políticas para continuar a consolidar o processo de desinflação, reconstruir os amortecedores externos, apoiar a recuperação e manter o programa no caminho certo", diz um comunicado da entidade financeira internacional.



O agressivo corte de gastos públicos provocou desastrosos impactos sociais

Indiferente às sucessivas greves contra o pacote ultraliberal de Milei, eleito com a promessa de "passar a motosserra" nos gastos públicos, o FMI não parece preocupado com o cenário de regressão social. O país registrou superávit de 0,2% do PIB no primeiro trimestre, cerca de 275 bilhões de pesos (1,6 bilhão de reais). Pouco importa se os argentinos têm acesso a saúde ou conseguem alimentar suas famílias. Milei reservou dinheiro em caixa para pagar os credores. Para o sistema financeiro, é o que basta.

Recorde mundial de deslocados internos

Com alta puxada pelos conflitos em Gaza, no Sudão e na República Democrática do Congo, o número de deslocados internos bateu recorde no mundo em 2023, chegando a 75,9 milhões. Nos últimos cinco anos, a cifra cresceu 50%, com acréscimo de 22,6 milhões de pessoas nessa situação, segundo um balanço divulgado pelo Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos (IDMC, *na sigla em inglês*) na terça-feira 14. Quase 90% das pessoas forçadas a deixar suas casas, dentro do próprio território nacional, fugiam de conflitos armados, estima a ONG sediada em Genebra. As outras vítimas tiveram de sair, sobretudo, por causa de desastres naturais.

EUA/ **O *PITBULL* MORDE O DONO**

EX-ADVOGADO DE TRUMP CONFIRMA ORDEM DE PAGAMENTO A ATRIZ PORNÔ

Outrora homem de confiança de Donald Trump, o advogado Michael Cohen confirmou, ao júri de um tribunal de Nova York, ter repassado 130 mil dólares a um representante legal da atriz pornô Stormy Daniels, para que ela não revelasse uma relação extraconjugal com o então candidato à Presidência dos EUA. Quando questionado se o pagamento teria a aprovação do republicano, não hesitou em esclarecer: "Tudo exigia a aprovação do Sr. Trump".

Cohen mostrou aos jurados o comprovante da transferência bancária feita ao advogado de Daniels em 27 de outubro de 2016, faltando menos de duas semanas para as eleições presidenciais daquele ano. Testemunha-chave da acusação, ele se declarou culpado e foi condenado a três anos de prisão por mentir ao Congresso e por crimes financeiros e eleitorais relacionados ao episódio – cumpriu 13 meses e mais um ano e meio de prisão domiciliar.

Apelidado de *pitbull* pela agressiva forma como costumava defender o chefe, Cohen também admitiu, à promotora Susan Hoffinger, já ter mentido e intimidado outras pessoas para defender Trump. "Era o que tinha de ser feito para que o trabalho fosse realizado."



Cohen apresentou o comprovante da transferência bancária ao júri

ARQUIVO/AFP, CORREIO DA MANHÃ/ARQUIVO NACIONAL, JOEDSON ALVES/ABR E REDES SOCIAIS

A culpa é de quem?

PASSOU DA HORA DE APONTAR AS RESPONSABILIDADES DE QUEM NEGA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CONTRIBUI PARA A DEVASTAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

por MAURÍCIO THUSWOHL

"Não é hora de procurar culpados", sugere o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, apontado por 68% dos brasileiros entrevistados pela Genial/Quaest como o principal responsável pela tragédia climática e humanitária que há duas semanas vitima o povo gaúcho. O resultado da pesquisa, na qual a prefeitura de Porto Alegre (64%) e o governo federal (59%) completam o pódio, revela que já não cola na população o expediente de jogar a culpa pelo caos climático na própria natureza, em governos passados ou na histórica ocupação desordenada do território. Apesar do pedido de Leite, o desastre, que até o fechamento desta edição contabilizava 149 mortos e 108 desaparecidos, é um momento oportuno para que o Brasil reflita sobre como o Poder Público deve assumir suas responsabilidades no enfrentamento ao aquecimento global. É também momento de reconhecer os principais agentes de um processo de retrocesso ambiental em curso no País, que colocará cada vez mais vidas em situação de risco num cenário que tem o Congresso Nacional como principal vilão, mas no qual vários governantes e empresas insistem em negar a questão climática.

Articulador da Coalizão Pelo Clima, Pedro Aranha inclui o Executivo, o Parlamento e a máquina de desinformação nas redes sociais como o tripé que sustenta o retrocesso ambiental no País. Ele afirma que o maior culpado pela tragédia no Rio Grande do Sul é o orçamento público para o enfrentamento das mudanças climáticas: "Enquanto os governos insistirem em não trazer a dimensão ecológica para o desenvolvimento, eles serão responsáveis pelas tragédias provocadas pela crise climática". Os deputados e senadores são apontados como "gestores políticos do crime climático" pelo ambientalista. "Esse novo pacote legislativo de desmonte da política ambiental brasileira é um escárnio com as estratégias de sobrevivência do século XXI", avalia. Já as redes bolsonaristas e as empresas *Big Techs* são definidas por Aranha como "as mentoras do analfabetismo climático e da desinformação ambiental".

A TRAGÉDIA GAÚCHA NÃO COMOVEU A BANCADA RURALISTA, QUE MANTÉM A OFENSIVA CONTRA AS LEIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Com a comoção causada em todo o Brasil pela calamidade gaúcha, ambientalistas veem uma oportunidade de mo-

NELSON ALMEIDA/AFP E CÉSAR LOPES/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

As tempestades no Rio Grande do Sul afetaram 1,4 milhão de habitantes e deixaram mais de 80 mil desabrigados. Angustiada com a catástrofe, a população brasileira parece finalmente estar vacinada contra o expediente dos políticos de jogar a culpa do caos climático à própria natureza, revela pesquisa Quaest





bilizar a opinião pública para frear em Brasília o ímpeto da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), cujos integrantes estão por trás de inúmeros projetos que fragilizam a legislação ambiental. "Boa parte dos congressistas nega ou minimiza as mudanças climáticas. Há vários parlamentares herdeiros do governo Bolsonaro que já eram negacionistas e continuam sendo", diz Márcio Astrini, coordenador-executivo do Observatório do Clima. O País, acrescenta o ambientalista, vive "um desafio absolutamente novo" no que diz respeito ao clima e precisa de deputados e senadores que entreguem soluções em vez de patrocinar atrasos: "Essas pessoas aí, já passou o tempo delas de ocupar cadeiras públicas com esse grau de importância. Esses parlamentares só vão entregar problemas. Com eles lá, temos a certeza de que continuarão a semear desastres tais como o que está acontecendo no Sul".

Algumas das "pessoas" mencionadas por Astrini são figuras carimbadas do bolsonarismo e têm seus nomes incluídos pelo Observatório do Clima no relatório que mostra o "Novo Pacote da Destruição" pautado no Congresso este ano, com 25 Projetos de Lei e três Propostas de Emenda à Constituição que, uma vez aprovados, "causarão danos irreversíveis aos ecossistemas brasileiros, aos povos tradicionais, ao clima global e à segurança de cada cidadão". Na Câmara, embora não seja afeito a elaborar projetos, um dos maiores articuladores da bancada antiambiental é o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, do PL. Em seus discursos, o mentor do plano de "passar a boiada" na legislação ambiental brasileira tem defendido, entre outras coisas, a exploração da Amazônia e a flexibilização do licenciamento ambiental para grandes empreendimentos. No Senado, o papel de liderança é exercido pela ex-ministra da Agricultura, Tereza Cristina, do PP, relatora do PL 2159/2021, que trata da Lei Geral do Licenciamento Ambiental e, segundo os autores do documento, "torna o licenciamento uma exceção, em vez de uma regra" no País.

Outros nomes se destacam na vanguarda do atraso. Presidente da FPA, o deputado Pedro Lupion, do PP, é o relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do PL 5028/2023, que propõe submeter a criação de novas Unidades de Conservação ao pagamento prévio de indenizações, que, na prática, inviabilizarão novas áreas protegidas. Outros projetos chamam atenção pela ousadia, como o PL 3334/2023, relatado na CCJ do Senado pelo senador Márcio Bittar, do

O OBSERVATÓRIO DO CLIMA APONTA 28 PROPOSTAS LEGISLATIVAS QUE PODEM CAUSAR "DANOS IRREVERSÍVEIS AOS ECOSSISTEMAS"





Ricardo Salles, Tereza Cristina, Pedro Lupion, Márcio Bittar, Luís Carlos Heinze e Lucas Redecker lideram os boiadeiros do Congresso

EDILSON RODRIGUES/AG. CÂMARA, VINI LOURES/AG. CÂMARA, ROQUE DE SÁ/AG. SENADO, ZECA RIBEIRO/AG. CÂMARA, MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO E PABLO VALADARES/AG. CÂMARA

União Brasil, que permite a redução de 80% para 50% das áreas de reserva legal na Amazônia. Parlamentares gaúchos também fazem parte do pacote, caso do deputado Lucas Redecker, do PSDB, relator do PL 364/2019, que elimina a proteção de campos nativos e outras formações não florestais no País, deixando desprotegida uma vasta área de 48 milhões de hectares, equivalente às extensões somadas do Rio Grande do Sul e do Paraná. Ou ainda do senador Luis Carlos Heinze, do PP, autor do PL 2168/2021, que permite a derrubada de vegetação nativa para projetos de irrigação dentro de Áreas de Proteção Permanente (APPs).

Para o deputado Nilto Tatto, do PT, os parlamentares "não têm o direito de negar as consequências das emergências climáticas diante de uma tragédia que poderia ter sido mitigada". Ele cita um exemplo: "Um projeto de um deputado gaúcho foi aprovado recentemente na Câmara e está no Senado, reduzindo a proteção de áreas não florestais como se elas não desempenhassem um papel importante na absorção e produ-









ção de água". No Rio Grande do Sul, lembra Tatto, os Pampas, que representam mais de 60% do território, é uma área não florestal que passaria a ficar desprotegida com a aprovação da proposta: "Dá para imaginar como será se, no futuro, o Rio Grande do Sul for acometido por grandes precipitações como este ano, com seu território degradado e sem capacidade de absorver ou escoar a água". Para o petista, os parlamentares que negam as emergências climáticas, barram projetos de preservação e recuperação socioambiental e votam e aprovam projetos de destruição "são, mais do que responsáveis, promotores de tragédias como esta".

Ex-secretário de Meio Ambiente e de Planejamento Urbano de Pelotas e ex-coordenador do programa Mar de Dentro, voltado ao planejamento, gestão e articulação ambiental, social e econômica em toda a região hidrográfica da Lagoa dos Patos, o professor Antônio Soler afirma que no estado está em curso um processo de 20 anos de desmonte da legislação ambiental e de qualquer estrutura pública que possa pensar uma política de proteção ao meio ambiente: "No Rio Grande do Sul, a boiada segue passando. Passou, por exemplo, quando o governo estadual desmontou uma série de institutos e estruturas públicas que tratavam da questão ambiental. Ou quando diminuiu a democracia ambiental dentro do Conselho Estadual do Meio Ambiente, que está dominado por setores do capital ligados ao agro e à especulação imobiliária. O ápice foi a destruição do Código Estadual de Meio Ambiente, o maior retrocesso ambiental da história do estado", enumera Soler, que é membro do Centro de Estudos Ambientais (CEA) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Representante do Fórum Brasileiro de ONGs do Meio Ambiente (FBOMS) no comitê de enfrentamento à crise no Rio Grande do Sul organizado pela sociedade civil, André Costa afirma que a política ambiental é uma pauta que vem sendo negligenciada há muito tempo pelos governos e gestores ambientais gaúchos: "Recentemente, o governo aprovou uma série de regras flexibilizando normas ambientais para a construção de barragens em APPs. Não bastasse isso, há uma redução sistemática de investimentos financeiros, seja na política de proteção e sustentabilidade, seja nas ações preventivas de enfrentamento aos desastres naturais". O ambientalista ressalta que, somente na última década, o governo gaúcho investiu dinheiro público em ações que jamais saíram do

papel, como um Plano de Prevenção de Desastres elaborado em 2017, um Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico concluído em 2019 e o Sistema Estadual de Recursos Hídricos previsto na Constituição Estadual.

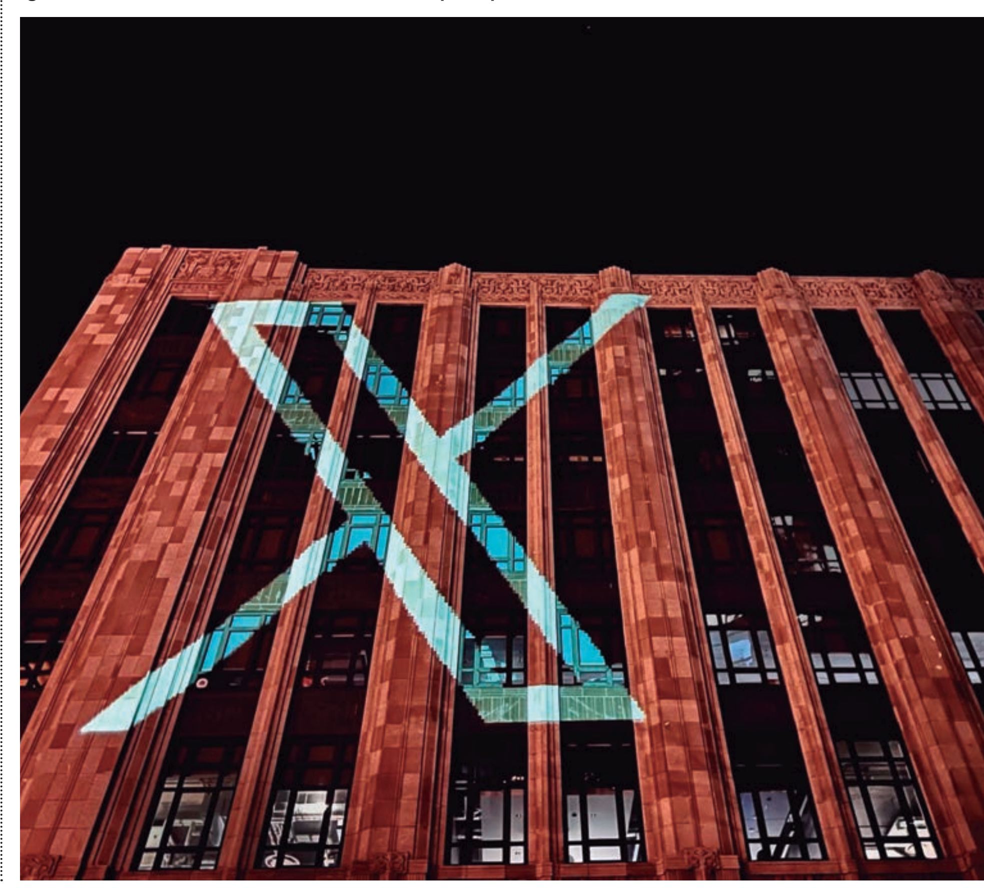
A calamidade no Rio Grande do Sul mostrou também que a disseminação de notícias falsas ou negacionistas pode ser responsável pelo agravamento das tragédias ambientais. Aqui, mais uma vez os deputados de sempre tiveram destaque, sobretudo a bancada do PL. Eduardo Bolsonaro postou que Lula só tomou medidas "quatro dias após a tragédia". Nikolas Ferreira espalhou a notícia de que o Ministério da Saúde estaria dificultando a distribuição de remédios às vítimas. Gustavo Gayer "denunciou" que o governo federal estaria impedindo médicos de atender a população desabrigada. Na segunda-feira 13, a bancada do PSOL na Câmara fez uma representação contra cinco deputados do PL e dois do União Brasil acusados de disseminar ou criar *fake news* sobre a tragédia. São eles: Caroline de Toni, Coronel Assis, Coronel Ulysses, Filipe Martins, General Girão, Gilvan da Federal e Paulo Bilynskyj.

"A desinformação é uma estratégia da extrema-direita nas redes também na questão ambiental", afirma o advogado Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo e colunista de *CartaCapital*. Trata-se de uma questão muito difícil, mas que a sociedade precisa debater, avalia o jurista: "A essência desse debate é como regular as redes sociais. Precisamos estabelecer limites mínimos de conduta social civilizada nesse ambiente, mas sem permitir a censura".

Serrano afirma haver a necessidade de uma atuação mais intensa do Ministério Público em ações civis públicas, ou mesmo de improbidade, para impedir atrasos na legislação ambiental: "Ações civis pleiteando a produção de políticas



Gustavo Gayer e Nikolas Ferreira não se constrangem em disseminar *fake news* em meio ao drama gaúcho. As redes sociais continuam oferecendo palco para mentirosos contumazes, lamenta Astrini



públicas ambientais adequadas e combatendo as políticas ambientais muito frouxas e inadequadas à preservação do meio ambiente e que propiciem tragédias como esta. Tem de haver uma conduta mais firme porque há legislação no Brasil, e ações judiciais próprias no País também existem”.

Tatto avalia que a desinformação tem sido uma “arma muito poderosa, utilizada especialmente pela extrema-direita” para fins políticos e interesses econômicos, inclusive na área ambiental: “Não é uma arma nova, porque sempre houve o uso da desinformação para promover o desmatamento, a invasão de terras indígenas e outras pautas destrutivas. Hoje, a ferramenta ganhou, porém, nova feição: está mais requintada, é direcionada, viaja com mais velocidade e capilaridade entre a população”. O deputado defende ainda que se aperte o cerco às *Big Techs*: “Eu não posso crer que, diante dos avanços tecnológicos que caracterizam o período em que vivemos, essas grandes empresas do setor não tenham capacidade de desenvolver mecanismos de regulação e controle de notícias falsas”.

AS *BIG TECHS* SÃO CONIVENTES COM O NEGACIONISMO CLIMÁTICO QUE GRASSA NA *WEB*

Para Astrini, as *Big Techs* “atrasam soluções ambientais ao dar maior espaço a quem nega a ciência, a realidade, o clima, a vacina, enfim, a quem nega tudo”. Ele diz que a regulação das redes sociais no Brasil é fundamental: “A cada dia que passa e se continua a propiciar esse palco gigantesco para que pessoas sem responsabilidade nenhuma falem coisas absolutamente mentirosas, se atrasa o resgate das pessoas, se desestimulam as doações e se faz com que parte da opinião pública acredite em teorias da conspiração que levam a população a diminuir o auxílio e a solidariedade”.

O dirigente do Observatório do Clima faz um paralelo entre a tragédia no Rio Grande do Sul e a pandemia de Covid: “Vimos o resultado, com centenas de milhares de pessoas mortas e muitas vidas que poderiam ter sido salvas se todo aquele horror contra a vacina e contra as medidas de precaução não tivesse sido amplamente difundido. A mesma coisa acontece com a crise do clima. Se continuarmos a disseminar notícias falsas, não vamos aprender a combater o problema, só vamos ver o número de vítimas aumentar. A desinformação ambiental é um perigo, um risco à vida”. •

A NATUREZA COBRA

Remediar os danos é muito mais caro do que atuar na prevenção

A presidente do Banco dos BRICS, Dilma Rousseff, anunciou na terça-feira 14 que a instituição destinará 1,15 bilhão de dólares ao financiamento de obras para a reconstrução da infraestrutura urbana e rural no Rio Grande do Sul. O apoio vem se somar ao pacote de ajuda ao estado, que conta também com a promessa de envio de 746 milhões de dólares pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), destinados a ações de mitigação dos efeitos das inundações.

Na segunda-feira 12, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou que o governo suspenderá por três anos a dívida do estado com a União, o que representa uma economia de 11 bilhões de reais aos cofres gaúchos. Além disso, também foram zerados os juros da dívida, que custariam ao governo estadual outros 12 bilhões de reais no período.

No dia seguinte, o presidente Lula anunciou a criação do Ministério Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, que será comandado pelo ministro petista Paulo Pimenta, atualmente à frente da Secretaria de Comunicação do governo. Com a expectativa inicial de seis meses de existência, a pasta provisória coordenará os esforços do governo federal para a superação da tragédia climática no estado.



Lula anunciou um bilionário pacote para socorrer o estado

JOSÉ CRUZ/ABR, REDES SOCIAIS E VINI LOURES/AG. CÂMARA

Naufragados no descaso

O DRAMA DAS FAMÍLIAS EM PORTO ALEGRE É AGRAVADO PELA AGENDA PRIVATISTA DE SEBASTIÃO MELO E EDUARDO LEITE

por RENÉ RUSCHEL

A capital gaúcha não teve trégua. Com a persistência das chuvas no fim de semana anterior, o nível do Lago Guaíba, que banha a Região Metropolitana de Porto Alegre, voltou a subir, mantendo-se acima dos 5 metros no cais do porto até a noite da terça-feira 14. A nova cheia, enquanto a inundação anterior persistia em vários pontos da cidade, levou à evacuação de mais um bairro pela Defesa Civil. De madrugada, cerca de 300 famílias do Lami, no extremo sul da cidade, tiveram de deixar tudo para trás e buscar refúgio na casa de parentes ou em abrigos municipais.

A Agência Nacional de Aviação Civil emitiu um alerta às companhias aéreas para suspender a venda de passagens com destino ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, que permanecia com a pista submersa. O fornecimento de água e energia elétrica ainda não havia sido normalizado. Até mesmo bairros de classe média, como Cidade Baixa e Menino Deus, prosseguiam com pontos de alagamento até a terça-feira 14, contrariando a tese do prefeito Sebastião Melo, do MDB, de que os atingidos eram, de certa forma, responsáveis pela tragédia, por habitar locais inadequados.

"Essas pessoas que foram acolhidas e tantas outras que não estão nesses abrigos, que permanecem na casa dos amigos, nunca deveriam morar onde moram", afirmou Melo, em espantosa entrevista ao *Jornal Nacional*, da Rede Globo. Ao menos o prefeito não tentou transferir a responsabilidade para São Pedro, sempre acusado de pesar a mão nas chuvas. A culpa, se existe, é de quem está no lugar errado.

SINDICALISTAS ACUSAM A PREFEITURA DE SUCATEAR A AUTARQUIA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA ANTIENCHENTES PARA JUSTIFICAR VENDA FUTURA

Esse tortuoso raciocínio talvez explique a indignação do alcaide ao tomar conhecimento de que o Ministério Público gaúcho decidiu instaurar um inquérito para apurar as causas da enchente histórica na capital, incluindo o motivo pelo qual o sistema de contenção das cheias do Guaíba entrou em colapso. Candidato à reeleição, Melo questionou se a investigação será feita em todos os municípios atingidos pelas inundações e arrematou: "Eu vou responder, mas buscar culpados e achar que é desse jeito que vai acontecer, politizando o debate, eu não vou fazer".

O emedebista tem motivos para fugir da espinhosa discussão. Reformado em 2012, o sistema de comportas ganhou equipamentos que permitiam a abertura e fechamento de forma mecanizada, mas boa parte dos motores foi roubada e os demais que sobraram não tiveram manutenção adequada. Agora é preciso mobilizar retroescavadeiras ou trabalhadores com cordas para içar as estruturas. Além disso, as comportas não são 100% vedadas, há brechas que preci-



Mesmo com 428 milhões de reais em caixa, o Dmae não investiu na manutenção adequada da rede de comportas e das casas de bombas

RICARDO STUCKERT/PR

sam ser preenchidas com sacos de areia.

Não é tudo. No início da cheia, apenas quatro das 23 casas de bombas de Porto Alegre estavam funcionando adequadamente, segundo informações do próprio Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae), responsável pelo sistema. Também neste caso, o sucateamento dos equipamentos favoreceu o retorno da água para as áreas que deveriam ser protegidas. “Com manutenção adequada, a história poderia ser diferente. O sistema só falhou por falta de incremento, por não ter bombas mais potentes e pela falta de conservação das já existentes”, diz o engenheiro Décio Botta, que no fim dos anos 1960 trabalhou no Departamento Nacional de Obras de Saneamento e participou da construção da rede de bombeamento.

O prefeito tampouco deu uma resposta satisfatória para a escassez de investimentos na prevenção de enchentes na capital gaúcha. O UOL revelou que o gasto com “melhorias no sistema contra cheias” despencou de 1,7 milhão de reais, em 2021, para zero no ano passado. Após a veiculação da matéria, o secretário de Comunicação de Porto Alegre, Luiz Otávio Prates, apressou-se a desmentir a informação. Segundo ele, a prefeitura investiu 89 mil reais nessa rubrica específica, ainda que o valor não tenha sido registrado no Portal da Transparência, fonte consultada pela reportagem. Prates acrescentou que a proteção às enchentes é uma ação transversal do governo, a englobar investimentos em várias secretarias, que totalizaram 108,8 milhões, informou ao jornal digital *GZH*.

Ainda assim, o valor corresponde a apenas um quarto dos 428,9 milhões de reais que o Departamento Municipal de Água e Esgoto possui em caixa, após amealhar um superávit de 31,1 milhões em 2023. Há pelo menos três anos Melo defende repassar à iniciativa privada boa parte dos serviços prestados pelo Dmae. Mais recentemente, criou até um neologismo para definir seu projeto. “Não vou vender o Dmae, nem demitir os funcionários. Estamos ‘parceirizando’ o esgoto, a extensão de rede e a comercialização”, disse à Rádio Guaíba, em maio do ano passado.

Na avaliação da engenheira Sandra Darui, coordenadora do Conselho de Representantes Sindicais do Dmae, o prefeito sucateia a estrutura da autarquia para privatizá-la no futuro. O processo é evidente não apenas pela deliberada escassez de investimentos, mas também pela falta de reposição de pessoal. Em 2007, o Dmae tinha 2.493 servidores. Agora, esse número gira em torno de 1.050. “Assim é impossível dar conta da demanda”. A Prefeitura não respondeu aos questionamentos enviados pela reportagem de *CartaCapital*.

A precarização dos serviços públicos é tática manjada na agenda privatista. Com a população insatisfeita, é mais fácil vender a ideia de que a iniciativa privada é capaz de oferecer melhor atendimento, embora as experiências das privatizações quase sempre apontem na direção contrária. Em janeiro, vereadores de Porto Alegre e deputados gaúchos chegaram a propor CPIs para investigar a atuação da privatizada CEEE, que deixou centenas de milhares de consumidores sem luz por mais de 48 horas após uma corriqueira tempestade de verão. O braço de distribuição da companhia foi privatizado em 2021 e arrematado pelo Grupo Equatorial, que pagou módicos 100 mil reais e assumiu um passivo de 7 bilhões.

Quando o governador Eduardo Leite, do PSDB, concluiu a venda da companhia, Melo guardou obsequioso silêncio. Não queria desagradar ao aliado de todas as horas. Agora, se vê obrigado a implorar para a empresa ter agilidade no restabelecimento de energia a cada novo apagão. Na atual conjuntura, com bairros inteiros da capital gaúcha debaixo d’água, é até difícil saber quem tem razão no jogo de empurra entre a privatizada CEEE, a alegar riscos de descargas elétricas em locais inundados, e o sucateado Dmae, que depende da energia para operar suas bombas.

Sem perspectiva de solução para o impasse, moradores do bairro Cidade Baixa perderam a paciência e queimaram móveis durante um protesto na Rua José do Patrocínio, na noite da segunda-feira 13. “São sete dias sem luz e sem água”, lamentou Cláudia Amodeo, síndica de um edifício às escuras, ao *GZH*. “Aqui, tem idosos e crianças doentes, em depressão. Estamos esgotados e, na parte da noite, ainda somos vítimas de assaltos.” •

Decifra-me ou te devoro

MAIS IMPORTANTE QUE DESMENTIR AS *FAKE NEWS* SOBRE A TRAGÉDIA GAÚCHA É ENTENDER COMO ESTÁ ESTRUTURADO O ECOSSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO

por ELIARA SANTANA*

A tragédia climática que se abateu de modo avassalador sobre o Rio Grande do Sul, infelizmente, mostrou que o ecossistema de desinformação que se consolidou no Brasil a partir de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, segue em pleno funcionamento e vigor. De novo, uma pandemia de *fake news* surpreende em meio a uma situação extrema.

Desde o começo de maio, quando a situação no estado se tornou muito grave, explodiram mentiras que confundiram as pessoas e dificultaram os trabalhos de orientação e socorro em relação às enchentes. As narrativas desinformativas vão da ineficiência do governo federal – com motes como "civil ajuda civil" e "o povo cuida do povo" – a multas por falta de notas fiscais de doações e proibição de entrada de remédios.

Há um rol imenso e eixos narrativos bem marcados e que se sobressaem, como algumas pesquisas já têm levantado. Mas a reflexão que quero propor aqui é sobre o funcionamento, a lógica e os objetivos dessa construção desinformativa em meio à tragédia. O primeiro ponto que trago é que o mote principal que guia essa explosão de desinformação, neste momento, é a negação em relação ao desastre climático – e essa é uma pauta cara à extrema-direita no mundo, sempre atenta ao que acontece no Brasil. Lembrando que: **1.** Fomos, por um bom tempo, um laboratório de construção de realidade paralela. **2.** A mídia bolsonarista sempre alimentou com vídeos, formação, cursos e reportagens a pauta do negacionismo climático, e fez/faz isso com competência.

TRATA-SE DE UMA ORGANIZAÇÃO COMPLEXA, SISTEMATIZADA, COM FARTO FINANCIAMENTO E MUITOS ATORES E APOIADORES

Podemos analisar alguns pontos de entremeio desse discurso negacionista retomando um *post* de Jair Bolsonaro do dia 9 de maio, quando o Rio Grande do Sul já estava assolado pelas enchentes. Segundo o ex-presidente, a questão da problematização em relação ao clima é "pura desinformação", um meio para atingir um fim. "Tudo *orquestrado pelos gigantes* que exigem dos outros o que não cumprem. Ou seja, *inviabilizam o desenvolvimento* de países com potencial, garantindo aos líderes dessas repúblicas a sua manutenção no poder sob o custo de escravizar ainda mais seu próprio povo. No final *quem paga por tudo isso é o contribuinte*, com aumento de impostos, desemprego e *mais dependência ainda do Estado*". Observem os trechos em itálico, são temas-chave já mobilizados em outros momentos e que são atualizados nesta pandemia de desinformação na tragédia gaúcha pelos vários



ISTOCKPHOTO

atores que disseminam os conteúdos.

Um segundo aspecto é a fina tessitura das narrativas, que atualizam temas já circulantes; portanto, não são boatos estapafúrdios, totalmente inverossímeis. Eles deixam as pessoas em dúvida. São mentiras e distorções bem construídas e bem amarradas. Aliada a essa dinâmica, há a rapidez imensa na construção e na disseminação desse conteúdo mentiroso. O ecossistema sobrevive da desinformação, e muito bem.

O terceiro aspecto a se destacar é o agenciamento reiterado da desinformação por vozes públicas com grande alcance nas redes. Figuras como os deputados Gustavo Gayer, Eduardo Bolsonaro e Nikolas Ferreira, o vereador e *influencer* Pablo Marçal, o senador Cleitinho e o prefeito de Farroupilha, entre outros, disseminam narrativas de desinformação sem qualquer pudor. Alguns desses nomes são bastante atuantes nas redes sociais e formam *clusters* significativos, que amplificam muito os efeitos das *fake news* disseminadas. Esses atores bradam pelo Estado mínimo em seus discursos e são capazes de impor agendas negacionistas e de realidade paralela. A mentira sobre os caminhões com doações que foram impedidos de entrar no estado pela Política Rodoviária Federal é um ótimo exemplo.

Outro aspecto é que, na pandemia de desinformação em meio à tragédia gaúcha, há uma movimentação interessante, que é o grande volume de menções negativas sobre o Exército, que tem desempenhado um papel importante no socorro ao estado. Parece que, para os bolsonaristas, o Exército já não é mais o salvador da pátria dominada pelo comunismo.

Por fim, um último aspecto, que considero o mais relevante pela implicatura: o ataque calculado, sistematizado e sistemático ao papel do Estado, às instituições. Por que considero esse ponto tão importante? Primeiro, porque os ataques, as mentiras, seguem o padrão de provocar uma desestabilização do Estado, colocando em suspeita as ações do governo federal especialmente. Eles não são aleatórios, pelo contrário. Como já venho dizendo, é um *modus operandi* para impedir o funcionamento do Estado Democrático de Direito.

Segundo, porque a pauta da questão climática – o negacionismo e suas construções – é caríssima à extrema-direita no mundo. A tragédia no Rio Grande do Sul e a pronta resposta do governo federal e das instituições abalam muito essa pauta. O que está acontecendo no estado expõe, de maneira bruta, que a tragédia climática é real e que o descaso com a política ambiental, deixando "passar a boiada", custa muito caro.

Terceiro elemento em relação a esse último aspecto: a virulência e a sistematização dos ataques contra o papel do Estado e contra as ações da equipe de Lula se justificam porque mexem com os arranjos da extrema-direita brasileira para as eleições de 2026 e a tentativa de voltar ao poder. As ações do governo colocam em xeque pautas preciosas dos bolsonaristas: não apenas o aquecimento global, mas também a defesa do Estado mínimo, a privatização sem limites e a defesa do "agro pop". Os atores proeminentes desse espectro encarregam-se de disseminar narrativas como "civil ajuda civil" para defender essas pautas, e a desinformação é uma peça-chave para a manutenção da extrema-direita no poder.

Para fechar, uma constatação: as *fake news* vieram para ficar. O ecossistema de desinformação brasileiro é uma organização complexa, sistematizada, que tem financiamento e envolve muitos atores e apoiadores. Ele permanece atuante, muito. Portanto, é preciso pensar uma estratégia, ou várias, para entender essa organização, saber como ela funciona, vislumbrar os atores, compreender a vinculação das narrativas, saber com o que elas dialogam para que sejamos capazes de antever os novos ataques que virão. Porque eles virão. •

**Jornalista, doutora em Estudos Linguísticos e pesquisadora do Observatório das Eleições.*



O “mercado” agradece

INSS Integrantes do governo flertam com a ideia de desvincular o salário mínimo da Previdência, um perigo para os aposentados

POR ANDRÉ BARROCAL

O governo e 17 setores empresariais chegaram a um acordo sobre a volta da contribuição patronal ao INSS baseada na folha salarial. A taxação de 20%, abolida em 2011 e substituída por uma de 1% a 4,5% incidente sobre o faturamento, será retomada aos poucos a partir de 2025, até o valor cheio ser restabelecido em 2028. Vitória do governo, embora parcial. Parcial, pois o desejo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, era cobrar 20% já em 2024, o que geraria 12 bilhões de reais no ano. O empresariado não queria a tributação ressuscitada e se escondia atrás do Congresso. Não contava que o governo perderia a paciência diante do que um integrante da equipe econômica classificou nos bastidores de “arrogância” e apelaria ao Supremo Tribunal Federal. Foi uma liminar concedida por Cristiano Zanin em abril, a pedido do governo, que obrigou empresários e congressistas a negociar. Na quarta-feira 15, o governo requereu a Zanin a suspensão dela, enquanto os termos do acordo sejam convertidos em uma lei votada primeiro por senadores, depois por deputados.

O acordo não esgota, porém, a preocupação governamental no tema “contribuição patronal à Previdência”. Haddad e seu time têm planos de propor ao Congresso, em 2025, mudanças no regime de financiamento do INSS. O ministro vê uma situação “grave”, em razão de um modelo oriundo de distorções no mercado de trabalho. Muitas empresas optam por ter funcionários “pejotizados”, ou seja, em vez de admiti-los com a carteira assinada, os contratam como prestadoras de serviço, uma forma de reduzir ou zerar o recolhimento das firmas à Previdência. No ano passado, o INSS teve um descasamento de 300 bilhões de reais entre o que arrecadou e o que pagou de benefícios. Para Haddad, a reforma previdenciária de 2019, no governo Bolsonaro, exigiu sacrifícios dos trabalhadores, que agora têm de labutar mais tempo antes de se aposentar. Aproxima-se a hora, na visão dele, de uma cota de sacrifício dos empregadores.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, defende, porém, mais sacrifício dos trabalhadores: impedir que reajustes dados ao salário mínimo sejam



Recuo? Após compartilhar artigo simpático à ideia, Haddad disse não ver espaço para ela

ARQUIVO/MPO E MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →



pág. 26

Pesquisas. O governador paulista quer abocanhar até 30% da orçamento da Fapesp

Austeridade. Tebet parece obcecada com a agenda de controle de gastos públicos

Curiosamente, é entre os eleitores mais velhos que Lula tem maior popularidade

estendidos a aposentadorias e demais benefícios pagos pelo INSS. A desvinculação era uma ideia pregada pelo ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes. Desde o ano passado, o Brasil tem de novo uma lei de reajuste real do piso, com uma fórmula que mescla inflação e crescimento econômico. O time de Simone e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, vão produzir estudos até o fim do ano sobre o que aconteceria se houvesse a desvinculação entre esse reajuste do mínimo e a correções de valores previdenciários. A intenção é ter conclusões em 2025.

Em 7 de maio, um dia depois de Simone ter exposto a ideia publicamente, alguns deputados do PT reuniram-se com o chefe da articulação política de Lula, Alexandre Padilha, e o assunto apareceu pela voz de Arlindo Chinaglia, de São Paulo. Os parlamentares queriam saber se o Palácio do Planalto respaldava Simone. Não faz sentido, diz um participante da conversa, o governo empenhar-se para ajudar financeiramente o Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, namorar medidas de austeridade. Em uma conversa reservada na terça-feira 14, Padilha comentou que não acredita que as propostas vão prosperar, caso cheguem à mesa presidencial. É entre os brasileiros mais velhos que Lula tem mais popularidade: 57% das pessoas com 60 anos ou mais aprovam o trabalho dele, conforme pes-

quisa Genial/Quaest de maio. Na faixa de 16 a 34 anos, a aprovação é de 47%. Na de 35 a 59 anos, de 50%.

Em 10 de maio, cinco sindicatos de aposentados (Cobap, Sinab, Sindiapi, Sindnapi e Sintapi) emitiram um comunicado público contra as aspirações de Simone. "Inconcebível", diz o texto, a salientar: pela Constituição, nenhum brasileiro deveria ganhar menos que um salário mínimo, e o valor deste deveria ser capaz de cobrir as necessidades básicas de um trabalhador e sua família. Segundo o Dieese, Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas, para garantir o sustento de uma família de quatro pessoas, o piso deveria ser de 6,9 mil reais. É de 1,4 mil. O salário médio geral, de 3,1 mil, também é inferior às necessidades básicas.

E Haddad, o que acha da eventual desvinculação entre salário mínimo e INSS? Ele recomendou recentemente no ex-Twitter a leitura de uma análise econômica que, entre outras coisas, era a favor da ideia. A essência do texto, contudo, é de que as contas públicas brasileiras têm sofrido graças a perdas de arrecadação desde Dilma Rousseff, e não por causa de gastança. Ao compartilhá-lo, Haddad quis chamar atenção para esse aspecto, disse a *CartaCapital* o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello. Ao *Estadão*, o ministro Haddad declarou não ver espaço para o plano de Simone ir adiante.

Desatrelar o salário mínimo daquilo que a Previdência paga não é a única medida de "austeridade" na cabeça da ministra. Em quatro entrevistas dadas em seu gabinete em 3 e 7 de maio (aos jornais *Valor* e *Estadão* e às agências Reuters e Bloomberg), ela apresentou uma agenda ampla de controle de gastos. Outro destaque dessa agenda é incluir o Fundeb no cálculo da quantia mínima que, pela Constituição, o governo federal tem de investir na educação.



Tudo pela meta. O governo precisou recorrer ao STF para reonerar a folha de pagamentos. Ceron quer alterar os pisos constitucionais da saúde e da educação

Fundeb é um fundo estatal de apoio ao ensino básico. O naco federal nele será crescente até 2026. Estimativas da equipe de Simone apontam que vai custar a Brasília cerca de 40 bilhões de reais em até quatro anos. No limite, seria esse o corte na verba da educação, caso o fundo fosse incorporado à conta da aplicação mínima federal. Curiosidade: Simone diz ter sido uma "irresponsabilidade" de Paulo Guedes ter permitido a aprovação do Fundeb no governo Bolsonaro, mas ela era senadora na época e votou a favor.

"Desvincular a Previdência do salário mínimo e incluir o Fundeb na conta do piso da Educação são ideias muito ruins, que contrariam o programa de governo eleito em 2022", escreveu no ex-Twitter Gleisi Hoffmann, a presidente do PT. "É, no mínimo, preocupante que sejam defendidas pela ministra Simone." A emedebista não é a única favorável a mexer no investimento mínimo em educação. Integrante da pasta de Haddad, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, prega desde o ano passado a revisão dos montantes que a Constituição estabelece como aplicação federal não em educação, mas também em saúde (18% da arrecadação e 15% da





FELLIPE SAMPAIO/STF E WASHINGTON COSTA/MF

A iniciativa contraria o programa de governo eleito em 2022, avalia a presidente do PT, Gleisi Hoffmann

receita corrente líquida, respectivamente). O motivo? Estrangulamento de outras despesas federais em decorrência do chamado marco fiscal, uma espécie de teto de gastos aprovado em 2023.

Em uma entrevista em abril do ano passado, Ceron chegou a anunciar o envio, pelo governo ao Congresso, de uma proposta para alterar os pisos constitucionais de saúde e educação. Em vez de indexá-los à receita, ele sugeria usar como referência, por exemplo, a variação do PIB *per capita*. Estimativas do Tesouro Nacional constantes de um relatório de março de 2024 indicam que a educação e a saúde perderiam 235 bilhões de reais entre 2025 e 2033, com a adoção do PIB *per capita* como parâmetro. O estudo traça outros dois cenários. Indexar os gastos à evolução populacional esperada, e nesse caso a perda de verba nas duas áreas chegaria a 504 bilhões de reais. Ou então ter como referência o limite geral de gastos previsto no marco fiscal, e aí a perda seria de 190 bilhões.

Cortar gastos públicos é agenda generalizada do dito "mercado". Com suas posições, Simone e Ceron engrossam o coro. A "bancada do mercado" no governo tem ao menos mais um representante vistoso, só que aí é herança de Bolsonaro: Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central com mandato fixado em lei até dezembro. O economista contribuiu nos últimos dias para agitar o "mercado" contra o governo, graças à decisão do Comitê de Política Monetária sobre a taxa básica de juros, a Selic.

Em 8 de maio, o BC baixou a taxa em 0,25 ponto porcentual, para 10,5% ao ano. Foi uma mudança de ritmo, após seis cortes seguidos de meio ponto promovidos desde agosto de 2023. A decisão rachou o Copom. Os cinco diretores indicados por Bolsonaro defenderam a diminuição menor e os quatro indicados por Lula, a manutenção das reduções anteriores. O voto de minerva coube a Campos Neto. O dito "mercado" interpretou o placar como sinal de dureza bolsonarista com a inflação e de benevolência com ela por parte dos lulistas. A ata do encontro, divulgada na terça-feira 14, e duas manifestações públicas de indicados do atual governo mostraram, veja só, uma preocupação maior dos diretores empossados no atual governo com a mensagem que seria transmitida ao "mercado".

Esse grupo discordava de uma alteração de postura sem que ela tivesse sido preparada previamente, inclusive porque o cenário econômico não havia sofrido modificação substancial desde a reunião de março do Copom, último corte de meio ponto na Selic. Nessa circunstância, uma nova postura afetaria o chamado *forward guidance*, aquele farol representado pelo BC.

O mais próximo de um ensaio de nova postura havia sido um discurso de Campos Neto em 17 de abril, nos Estados Unidos. Mas sem discussão no Copom, conforme disse na terça-feira 14 à Bloomberg o diretor de Assuntos Internacionais, Paulo Picchetti. No dia seguinte, Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária e provável substituto de Campos Neto a partir de 2025, afirmou nos EUA que era preciso ter "coerência" com "toda comunicação que eu vinha fazendo", em nome da "credibilidade", daí o voto no corte de meio ponto. Em um evento interno do BC em Brasília, Campos Neto declarou que a posição da maioria do Copom tinha sido "técnica" e baseada em "relevantes" alterações do cenário pós-março.

Juro maior: o "mercado" agradece. •

Correndo de lobos

GÊNERO Relatório das Nações Unidas aponta retrocessos na saúde sexual e reprodutiva das mulheres, sobretudo nos países em desenvolvimento

POR FABÍOLA MENDONÇA

As emergências humanitárias afetam desproporcionalmente mulheres e meninas, pessoas com deficiência, povos indígenas, pessoas LGBTQIA+, bem como idosos e adolescentes. Atos discriminatórios contra grupos marginalizados e as desigualdades de gênero existentes pioram durante as crises." A conclusão é do relatório *Vidas Entrelaçadas, Fios de Esperança: Acabando com as Desigualdades sobre Saúde e Direitos Sexual e Reprodutivo*, produzido pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, *na sigla em inglês*). Publicado em abril, o documento aponta alguns avanços relacionados aos direitos reprodutivos e de acesso à saúde das mulheres, mas chama atenção para vários retrocessos que continuam existindo em algumas regiões, sobretudo em países mais pobres e entre mulheres negras, indígenas e com algum tipo de deficiência.

A catástrofe climática no Rio Grande do Sul é um claro exemplo de violação de direitos e dos corpos femininos. Depois de várias denúncias de abusos sexuais a mulheres e meninas nos abrigos para onde foram transferidos os afetados pelas inundações, seis homens foram presos, alguns deles parentes das próprias vítimas. "Em qualquer espaço de calamidade ou estado de exceção, que é o que estamos vivendo no Rio Grande do Sul, as mulheres sofrem mais violência, porque socialmente elas já estão mais vulneráveis. É bom ressaltar que os abusos de agora talvez só tenham sido descobertos por que saíram do âmbito domiciliar, onde tudo estava escondido, e foram para um espaço onde existem outras pessoas capazes de identificar esses abusos",





No Brasil. A opressão patriarcal também ocorre nas aldeias, afirma a cacica Takuá. Em São Paulo, a prefeitura fechou serviço de aborto legal de hospital de referência

salienta Bibiana Serpa, do coletivo Nem Presa Nem Morta e Articulação de Mulheres Brasileiras, entidades que atuam na assistência às mulheres vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

O Ministério das Mulheres comprometeu-se em produzir um protocolo para situações de crise, documento que deve definir regras e diretrizes a serem adotadas em casos extremos como o do Rio Grande do Sul e outros que possam surgir, considerando aspectos como violência e saúde das mulheres. "A desigualdade de gênero preexistente se agrava em situação de crise. Os abusos em plena catástrofe gaúcha começaram desde o período do salvamen-



MARCELO PEREIRA/PREFEITURA DE SÃO PAULO E ACERVO PESSOAL/CACICA TAKUÁ

to e, quando essas mulheres estão sendo resgatadas e levadas, muitas vezes, para locais inseguros, algumas são deixadas na beira da estrada, dando uma sensação de insegurança muito grande e gerando medo", denuncia Renata Jardim, do Levante Feminista do Rio Grande do Sul.

A pesquisa realizada pelo UNFPA classifica como endêmica a violência de gênero que continua existindo em praticamente todos os países, apesar dos muitos avanços nos últimos 30 anos. "A mortalidade materna não melhorou em nada desde 2016, ao contrário, aumenta numa quantidade preocupante de países. Quase metade das mulheres ainda não consegue tomar decisões sobre seu próprio corpo, pois elas são impossibilitadas de desfrutar de saúde e direitos sexuais e reprodutivos", diz trecho do documento.

Os dados mostram que a população mais marginalizada é a que mais sofre. "As pessoas que querem usar serviços básicos de atenção à saúde sexual e reprodutiva são forçadas a superar todos os tipos de obstáculos sobrepostos, devido ao seu gênero, situação econômica, etnia, orientação sexual e deficiência, entre outras características", destaca o relatório, identificando que mulheres afrodescendentes estão mais vulneráveis à violência obstetrícia, enquanto as indígenas são, muitas vezes, privadas de ter acesso a assistência de saúde e lhes é negado o direito de realizar o parto com base na sua cultura ancestral.

"Seus costumes relacionados ao parto são tipificados como crime, o que se traduz em um risco muito elevado de morte durante a gravidez ou parto", segue o documento. Cacica da etnia Guarani Mbyá, no Rio Grande do Sul, Kerexu Takuá diz serem comuns as violações dos direitos das mulheres e meninas nas aldeias, uma reprodução da opressão patriarcal existente entre os não indígenas. "Estamos expostas a vários tipos de violência nos nossos territórios, e muitas têm medo de denunciar. Nas crises, nós, mulheres e crianças, sempre somos as mais afetadas", denuncia. "São diversas formas de violência, desde a sexual até a negação de alimentos."

O relatório do braço populacional da ONU revela ainda que mulheres e meninas com deficiência têm até dez vezes mais probabilidade de sofrer violência de

> **Às indígenas, é negado até mesmo o direito de realizar o parto de acordo com sua cultura ancestral**



Desigualdade. Africanas correm risco 130 vezes maior de ter complicações na gestação ou no parto do que as europeias

gênero e, simultaneamente, encontram mais dificuldades para receber cuidados de saúde sexual e reprodutiva ou informações relacionadas. Sobre o aborto, o documento mostra que, nas últimas três décadas, enquanto milhares de mulheres recorreram ao método para interromper a gravidez, mais de 60 países revisaram suas legislações, criando obstáculos, inclusive, para o aborto legal. Os EUA são o exemplo mais conhecido. Pelo menos 14 estados americanos proíbem completamente o aborto, dos quais dois abrem exceção para casos de estupro.

Na América Latina, houve alguns avanços em países como Argentina, México e Colômbia, que descriminalizaram o aborto, mas, na região do Caribe, a realidade é de retrocessos. Países como El Salvador, Nicarágua, Haiti e República Dominicana não têm sequer os permissivos legais para garantir o aborto às vítimas de violência sexual. No Brasil, apesar de a legislação permitir a interrupção da gestação nos casos de estupro, gravidez de risco para a mãe e anencefalia fetal, esse dispositivo legal vem sendo atacado com frequência, sobretudo a partir do governo Bolsonaro. "Tivemos investidas mais centralizadas e projetos de lei para restringir o aborto legal. O Ministério da Saúde de Bolsonaro lançou um manual anticientífico e ideológico que reforçava o estigma e dificultava o acesso ao aborto legal", explica Laura Molinari, do movimento Nem Presa Nem Morta.

O manual, que continua em vigor no governo Lula, aterroriza as mulheres que desejam interromper a gestação mesmo nos casos permitidos pela legislação. "Todo aborto é um crime, mas, quando comprovadas as situações de excludente de ilicitude após investigação policial, ele deixa de ser punido", diz um trecho do documento.

Mais de 70% das mortes maternas foram registradas na África Subsaariana

Em dezembro do ano passado, a prefeitura de São Paulo determinou o encerramento do atendimento ao aborto legal do Hospital Municipal de Vila Nova Cachoeirinha, unidade que é referência nesse tipo de procedimento na cidade. Também há indícios de que a Secretaria Municipal de Saúde tenha acessado ilegalmente prontuários de pacientes que procuraram o hospital para interromper a gravidez. Os ataques ao aborto legal expandem-se para outras regiões brasileiras. Em Goiás, tramita um projeto de lei que cria o Dia Nacional de Conscientização dos Riscos sobre Aborto. "Isso só aumenta o estigma e a desinformação sobre o tema e cria insegurança jurídica para a atuação de profissionais. A gente chegou numa situação em que vítimas de estupro, sobretudo as meninas, precisam judicializar e acabam desistindo do procedimento porque ele não é acessível. Muitas têm receio de se expor."

No relatório, a UNFPA observa que "a introdução de restrições ao aborto num país tem efeito dominó sobre os outros e que há cada vez mais incerteza entre profissionais da área sobre se os serviços básicos de saúde sexual e reprodutiva permanecem dentro ou fora da lei". Outro aspecto apontado no documento é a quantidade de mortes maternas como consequência das desigualdades sociais. Mais de 70% das mortes maternas acontecem na região da África Subsaariana, uma área que concentra países menos desenvolvidos e onde os sistemas de saúde são apontados como os mais frágeis do mundo. "Se uma mulher dessa região sofre complicações durante a gravidez ou o parto, tem uma chance de morrer quase 130 vezes maior do que se vivesse na Europa ou América do Norte."

A despeito dos numerosos retrocessos, o documento também aponta alguns avanços no cenário global: "Nas últimas três décadas, a taxa de gravidez não intencional regrediu quase 20%, as mulheres passaram a ter mais acesso a métodos contraceptivos modernos, mais de 160 países aprovaram leis contra a violência doméstica e as mortes maternas foram reduzidas em 34% desde 2000". •

ISTOCKPHOTO

INÊS249

ANTONIA QUINTÃO
Presidente do Geledés-Instituto da Mulher Negra, coordenadora de cursos de educação continuada do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Mackenzie



Maquiagem corporativa

▶ Quando uma empresa diz não ter dados sobre a participação das mulheres negras em cargos de chefia, ela já expõe a fragilidade do seu compromisso com a diversidade racial

O Estado brasileiro e toda a sociedade civil têm o dever de zelar pelo cumprimento da Constituição e a obrigação de garantir que a população negra tenha assegurado o seu acesso à cidadania plena e à condição de cidadãos livres e dignos. Não há como garantir isso sem enfrentar a necropolítica, que tem permitido a violação dos nossos direitos inalienáveis e tem transformado as pessoas negras em seres descartáveis e alvos preferenciais da violência seletiva que caracteriza a sociedade brasileira.

Por essa razão, a primeira grande luta das mulheres negras é pela vida. Representamos quase 28% da população de um país de maioria negra, mas lideramos os piores índices socioeconômicos e as trágicas estatísticas da violência. Trabalhar é condição de sobrevivência, pois precisamos alimentar, educar e cuidar dos nossos filhos e frequentemente ajudamos nos cuidados dos sobrinhos, netos, irmãos, pais, avós. Somos historicamente as provedoras e cuidadoras de nossas famílias.

Quando me convidam para falar sobre diversidade racial, equidade e inclusão, é comum receber a informação de que esse processo já está em andamento naquela organização. Costumo, então, fazer duas perguntas: Quantas mulheres negras trabalham aqui? Quais são os cargos que elas ocupam? E as respostas costumam ser bastante semelhantes: “Não temos um número preciso” ou “menos que o ideal, mas pretendemos ampliar”.

A inexistência de qualquer dado, diagnóstico ou pesquisa já revela a fragilidade do compromisso da empresa com a temática. No livro *O Pacto da Branquitude* (Cia. das Letras), a psicóloga Cida Bento nos explica com muita competência que, apesar do discurso a favor da diversidade e da inclusão, os processos seletivos são atravessados por um racismo não verbalizado, a garantir que os melhores cargos, aqueles com maior visibilidade, prestígio social e remuneração, permaneçam monopolizados por candidatos não negros. Quando as mulheres negras são recrutadas majoritariamente para cuidar da limpeza ou da cozinha e os homens negros para a área de segurança, significa que o processo de seleção precisa ser avaliado, os critérios repensados e os selecionadores preparados para não reproduzir os estereótipos e os preconceitos do senso comum.

É igualmente fundamental assumirmos a responsabilidade de acompanhar, verificar e exigir que as escolas das nossas crianças cumpram a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, tendo em vista que a educação brasileira jamais enfrentou o racismo e muito menos tentou combatê-lo. Hoje, sabemos que a educação precisa ser necessariamente antirracista. Caso contrário, contribuirá para o fortalecimento do racismo estrutural.

Infelizmente, ainda temos muitos livros didáticos que promovem um “epistemicídio”, ou seja, o apagamento ou a invisibilidade da história, da cultura, das lutas e das tradições dos povos que foram alvo da exploração colonial, como os africanos, indígenas e seus descendentes. Podemos citar, como exemplo, a tentativa de minimizar a dimensão violenta, destrutiva e criminosa da escravidão com a divulgação de certo discurso que afirma a sua existência também no continente africano.

De forma alguma. No continente africano existiam os *jonyas*, que tinham um estatuto completamente diferente do escravizado do século XVI. O *jonya* (do termo *mande jon*, que significa cativo) não podia ser cedido, pois pertencia a uma categoria integrada à classe dominante. Era um cidadão exclusivo do Estado. Tinha o direito de possuir a maior parte do que produzia. Muitos alcançavam algum poder e construíam fortunas. Já o escravizado era privado de todos os direitos, submetido a todas as formas de violência, transformado em mercadoria que poderia ser cedida, negociada ou descartada. Havia um comércio de seres humanos visando o lucro.

Para saber mais sobre a África, sugiro fortemente a leitura do livro *História Geral da África, V: África do Século XVI ao XVIII*, editado pela Unesco e organizado pelo historiador queniano Bethwell Allan Ogot. Em particular, do Capítulo 2, de autoria do senegalês Pathé Diagne. Toda a coleção está disponível gratuitamente em PDF na Livraria Digital da Unesco.

Ao encerrar esta coluna, quero destacar a importância do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Ao longo dos seus 36 anos, ele tem honrado a nossa ancestralidade, dando continuidade ao seu legado de resistência, de luta e de enfrentamento ao racismo e às suas mais diversas formas de violência, que cotidianamente atenta contra os direitos humanos e a dignidade da população negra. Pela sua coerência e compromisso, a importância e o significado de Geledés já ultrapassaram a cidade de São Paulo, o Brasil, e tem se fortalecido cada vez mais no cenário internacional. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Asfixia financeira

SÃO PAULO Tarcísio de Freitas apresenta proposta orçamentária com brecha para reduzir a verba da Fapesp em até 30%

POR MARIANA SERAFINI

Sob o pretexto de garantir mais "flexibilidade na gestão financeira", o governador Tarcísio de Freitas, do Republicanos, pretende abocanhar 30% dos recursos da Fapesp, a principal agência de fomento à pesquisa do estado de São Paulo. A notícia surpreendeu a comunidade científica, a alertar para o risco de interrupção dos projetos em andamento e até mesmo para um cenário de suspensão do pagamento de bolsas aos pesquisadores.

Na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, encaminhada pelo Executivo à Assembleia Legislativa, o governo incluiu um artigo que permite reduzir o repasse de 1% das Receitas Tributárias do Estado à Fundação, previsto na Constituição estadual desde 1989, para 0,7%. O corte é estimado em 600 milhões de reais. O impacto vai muito além das pesquisas desenvolvidas nas universidades paulistas, notadamente nas estaduais USP, Unicamp e Unesp. "Milhares de *startups* e pequenas empresas foram financiadas pela Fapesp nos últimos 27 anos. Vinte e dois centros de pesquisa em parcerias com grandes empresas dependem da estabilidade desses investimentos, atuando em temas como aeronaves inovadoras e produção de hidrogênio de baixo carbono. Outros 22 centros de pesquisa na fronteira do conhecimento cuidam de temas como tratamento de câncer, doenças genéticas e novos materiais, além de dez modernos centros de Inteligência Artificial", elenca o alerta do Conselho Superior da Fapesp, que busca reverter a decisão no Legislativo.

A supressão de recursos ameaça cerca de 4 mil projetos de curto e médio prazo e quase 10 mil bolsistas. "Seria desastroso", avalia Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação e presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. "Essa desvinculação de receitas significa que o governador quer fugir da responsabilidade constitucional de investir em certas áreas, como educação e ciência, para investir em outras."



Tiro no pé. A agência de fomento é uma referência para o Brasil, lembra Ribeiro

Na avaliação de Ribeiro, também professor de Filosofia da USP, a proposta compromete a autonomia orçamentária da agência de fomento, que se destaca no cenário nacional pela eficiência e qualidade. "A Fapesp é uma referência para o Brasil. Muitos estados tentam copiar o modelo e não conseguem, não é fácil estipular um valor mínimo de recursos tributários para a ciência como foi feito em São Paulo." As universidades públicas, acrescenta o ex-ministro, têm o orçamento quase todo comprometido com as despesas cotidianas, como a folha de pagamento, serviços de manutenção e contas de água e luz. Enquanto isso, os recursos da Fapesp são destinados especificamente à pesquisa. "É o que chamamos de orçamento livre, porque a instituição tem autonomia para decidir para onde vai destinar esses recursos e consegue garantir os projetos do começo ao fim." Segundo ele, a proposta do Executivo pode atingir "uma das grandezas do nosso estado, que é o financiamento em ciência e inovação".

A cientista Mayana Zatz, bióloga molecular e geneticista, membro do Conselho Superior da Fapesp, explica que o grande trunfo da instituição é ter seu orçamento comprometido no longo prazo, porque só dessa forma é possível garantir o andamento das pesquisas. "Quando a Fapesp aprova um projeto, ela não entrega o dinheiro ao pesquisador, ela administra esse recurso e vai liberando de acordo com a demanda. Isso dá a impressão de que está sobrando dinheiro, mas ele já está todo comprometido."

O desfinanciamento da Fapesp, acres-



PEDRO AMATUZZI/INOVA UNICAMP E JOSÉ CRUZ/ABR

Impacto. A proposta ameaça 4 mil projetos de pesquisa e quase 10 mil bolsistas apoiados pela fundação

centa Zatz, também ameaça o futuro dos jovens pesquisadores. "Devido à falta de garantias e de estrutura, o Brasil está perdendo seus melhores cérebros há tempos", lamenta. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, estima que 6,7 mil pesquisadores abandonaram o País nos últimos anos, em busca de melhores condições.

Já a biomédica Helena Nader, presidente da Academia Brasileira de Ciência, teme um efeito dominó. "Quando São Paulo faz essa aberração, ele sinaliza para os outros estados que ciência não é relevante. E, ao dizer que ciência e educação não são relevantes, vira as costas para o século XXI, que é o século do conhecimento." A professora destaca que a Fapesp não investe apenas em pesquisa básica, mas também em projetos com aplicações práticas nas áreas de saúde, agricultura e engenharia, entre outras. Financiou, por exemplo, diversos estudos orientados para a transição energética, incluindo inovações na geração de energias renováveis e tecnologias para armazenamento de energia em veículos elétricos.

Desde que a proposta chegou à Assembleia Legislativa, vários deputados da oposição correram para protocolar emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, visando preservar o financiamento da Fapesp. Celso Giannazi, do PSOL, destaca que nenhum governo até hoje havia ousado mexer nesse recurso, e isso acende um sinal de alerta. Ele acredita que há margem de diálogo para tentar convencer deputados do centro, e mesmo da direita, a barrar a proposta do Executivo. O deputado Simão Pedro, do PT, acrescenta que o texto não deve ser votado na Casa nas próximas três semanas. Enquanto isso, tem intensificado o trabalho corpo a corpo com colegas da base governista. "Tenho conversado com os deputados do PSDB e acredito ser possível reverter esse retrocesso. Uma característica desse governo é não aceitar que seus projetos avancem com emendas. Freitas prefere mudar a própria proposta. Vamos fazer pressão para que isso aconteça."

Zatz afirma que os cientistas também estão mobilizados, pedindo aos deputados para vetar a proposta, e ainda tentam agendar uma conversa com o governador. "Acreditamos que é possível convencê-lo a declinar", afirma. Em nota, a Secretaria da Fazenda, responsável pelo planejamento da LDO, garante que "não há previsão de utilização do dispositivo até o momento". •

MARJORIE MARONA
Professora do Departamento de Ciências Políticas da UFMG. É coautora de *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil*



Falso alarme

▶ A mudança na cúpula do Tribunal Superior Eleitoral não deve ter impacto significativo nas eleições municipais, tampouco no combate à difusão de *fake news*

A Justiça Eleitoral desempenha papel central na organização e regulação das eleições. A recente alteração no Tribunal Superior Eleitoral gerou inquietações não apenas sobre o julgamento de casos sensíveis, mas também sobre os impactos da mudança na composição da cúpula da Justiça Eleitoral, especialmente em anos de eleições municipais.

Assumindo que a composição de órgãos decisórios colegiados importa para o resultado de sua atuação, convém atentar para particularidades da estrutura e da dinâmica da atuação da Justiça Eleitoral, visando evitar alarmismos. Em primeiro lugar, o TSE retém competência normativa, mas não atua diretamente na resolução de litígios no nível local.

A judicialização das eleições municipais concentra-se mais nos estados: são os juízes eleitorais e, em nível recursal, os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) que são preferencialmente acionados pelo Ministério Público e/ou pelas candidaturas nas disputas municipais ou estaduais.

O TSE, que nas eleições presidenciais opera diretamente nas contendas judiciais, atuará nas eleições principalmente na dimensão normativa da governança eleitoral. É sobre a capacidade do tribunal de estabelecer as regras da disputa no nível local que a questão sobre a mudança no comando e na composição deve ser colocada.

Nesses limites, nem as divergências entre a presidente Cármen Lúcia e o vice Nunes Marques, ou mesmo o abrigo de André Mendonça entre seus ministros efetivos, têm o condão de alterar substancialmente a performance democrática militante do TSE.

Sob a presidência de Cármen Lúcia – e a despeito das divergências de Marques e Mendonça –, a tendência é de que o TSE siga trajetória bem-sucedida de enfrentamento do que talvez seja o maior desafio da Justiça Eleitoral: a garantia da integridade eleitoral diante da desinformação.

Isso porque se trata de processo incremental, de modo que a ministra vai beneficiar-se dos esforços empreendidos desde as eleições de 2018, quando os ministros do STF, que atuam em rodízio na presidência do TSE, formaram uma coalizão que passou a agir de modo organizado diante de ameaças que o ecossistema de desinformação e violência representam para o processo eleitoral e, consequentemente, para a vitalidade da democracia.

O TSE não apenas capacitou sua burocracia, como também estabeleceu convênios com *experts* e a sociedade civil na formação de redes de monitoramento de *fake news*, avançando na regulamentação do uso das redes sociais e, mais recentemente, da Inteligência Artificial.

O ativismo normativo do TSE gerou certa mobilização dos legisladores que aprovaram mudanças para as próximas eleições, visando o combate à desinformação. Para 2024, o TSE preparou regulamentação abrangente, com resoluções sobre Inteligência Artificial na propaganda e que modificam a responsabilidade das plataformas. Uma consequência dessas novas diretrizes foi a decisão do Google de suspender anúncios políticos no Brasil durante as eleições municipais.

O nível de institucionalização do combate às *fake news* e à desinformação não apenas facilita o trabalho de Cármen Lúcia, como também limita as possibilidades de os ministros Nunes Marques e André Mendonça oferecerem resistência. Divergências manifestam-se precipuamente no nível jurisdicional, sendo reduzidas pelo limitado escopo da competência do TSE em eleições municipais. Em outras palavras, os julgamentos dos registros e dos mandatos para prefeitos e vereadores, que poderiam ensejar divergências sobre a caracterização de *fake news*, tendem a ser resolvidos nas instâncias inferiores da Justiça Eleitoral.

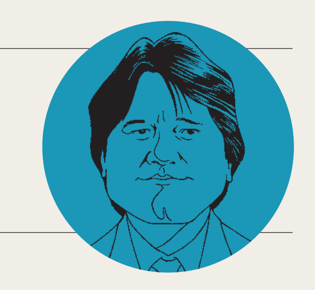
Cármen Lúcia deve ser capaz de dar sequência à trajetória do TSE na defesa da democracia, podendo, aliás, ajustá-la não apenas em intensidade – em razão de seu perfil menos combativo que o de Alexandre Moraes –, mas também no seu conteúdo, pela preocupação com a participação feminina e o banimento da violência política de gênero. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

INÊS249

PEDRO SERRANO
Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)



Diante de catástrofes

▶ Certas medidas de exceção são legítimas em situações de calamidade. Não para ampliar os poderes do Estado, mas para assegurar direitos

O desastre sem precedentes no Rio Grande do Sul nos leva a consignar que, em situações extraordinárias como esta, determinadas medidas de exceção são legítimas. A excepcionalidade provocada por fortes chuvas, com grandes áreas inundadas na maioria dos municípios gaúchos, exige medidas efetivas em nome da vida das pessoas e da saúde pública.

O caráter absolutamente emergencial da calamidade impõe a adoção de diversas medidas de enfrentamento. No plano jurídico, estamos diante de uma situação de caráter extraordinário, em face da qual a ordem jurídica pode e deve oferecer respostas específicas, próprias da exceção.

O constitucionalismo democrático prevê que, em situações emergenciais como estas, o Estado tenha seus poderes momentaneamente redefinidos e, em algumas situações, ampliados. É cabível, inclusive, a suspensão parcial de direitos para atender às momentâneas exigências. Ou seja, a exceção visa tutelar direitos, tais como a vida e a saúde, e jamais constituir-se em benesse ao poder político.

Restrições à liberdade e à propriedade podem se justificar, assim como limitações à circulação das pessoas podem se justificar. Do mesmo modo, a fiscalização estatal pode ser mitigada, sem que isso implique omissão ilícita do Estado. A situação extraordinária faz preponderar o direito à vida e à saúde sobre o dever do Estado de cobrar tributos e promover o controle sobre a circulação de bens que, em circunstâncias normais, devem submeter-se ao ordinário regramento sanitário e tributário.

Em circunstâncias como estas, as contratações públicas também podem ser concretizadas sem o procedimento comum de licitações, assim como diversas outras providências de cunho burocrático e procedimentais devem ser dispensadas. Sob a perspectiva da responsabilidade dos Poderes Públicos, não há que se falar em dever de indenizar por danos ocasionados aos particulares em razão do enfrentamento do desastre. Por outro lado, danos acarretados em razão de falhas na adoção de medidas preventivas, exigíveis do Estado, podem gerar o dever estatal de indenizar os lesados.

Outro relevante aspecto que se coloca neste tema é com relação ao enfrentamento das *fake news*. A desinformação é severamente perturbadora do enfrentamento da situação de emergência ao criar uma cortina de fumaça sobre a realidade, bem como sobre ações prioritárias, além de descredibilizar as instituições estatais.

As *fake news*, em si mesmas, não são crimes no Brasil. Inexiste lei nesse sentido, razão pela qual não se pode realizar qualquer pretensão de criminalização da disseminação de desinformações, ainda que em momentos de crise. Por outro lado, consoante esclareceu o professor Juarez Tavares, as consequências delas podem ser criminalizadas. As *fake news* são o instrumento para realizar um crime. Ela em si não é tipificada, mas ela pode ser instrumento, veículo pelo qual se comete um crime.

Conforme sua precisa análise, espalhar *fake news* não possui tipificação penal, mas o autor deve responder por suas consequências. Conforme o exemplo dado pelo professor, caso alguém gere uma desinformação provocadora de uma situação impeditiva de socorro, o mesmo deve responder pelo crime de omissão de socorro por comissão, que é a consequência do ato que ele fez.

Ademais, outros crimes praticados em situações de catástrofe devem ser punidos com maior grau de reprovabilidade, isso em razão da fragilidade que o momento de emergência traz. A ordem jurídica reage com mais severidade quando o crime é cometido em momento de calamidade.

Por todas estas razões, o desastre no Rio Grande do Sul, dadas a singularidade e a excepcionalidade, fez instaurar um regime especial. Entretanto, ainda que venha suspender, provisoriamente, determinados direitos, o objetivo é garanti-los. Não se trata, de modo algum, de favor concedido aos Poderes Públicos.

A exceção instaurada visa garantir direitos. Vocacionada ao atingimento de referidas finalidades, a excepcionalidade impõe especial dever estatal, isso tudo em nome da dignidade das pessoas, da preservação da vida e da saúde pública. Não se trata de, meramente, ampliar os poderes estatais. Muito pelo contrário. Estamos diante de circunstância extraordinária que exige especial compromisso social e institucional de todos os Poderes Públicos. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO



Na bandeja

PETROBRAS A demissão de Jean Paul Prates estava decidida fazia tempo. Magda Chambriard é próxima das petroleiras privadas

POR CARLOS DRUMMOND

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →



pág. 34

Análise. Protecionismo e livre mercado sempre coexistiram ao longo da história do capitalismo



Nova rota. Lula havia perdido a confiança em Prates. A nova presidente da empresa tem apoio do PT do Rio

TÂNIA RÊGO/ABR E WAGNER MEIER/GETTY IMAGES/AFP

O descontentamento de Lula com a demora na execução de um conjunto de demandas consideradas fundamentais para fazer a companhia retomar a autossuficiência em derivados de petróleo, concretizar a transição energética e funcionar como motor do crescimento econômico foi o motivo, não explicitado, da demissão de Jean Paul Prates da presidência da Petrobras, na segunda-feira 24. Ele deixou o cargo após divergências em série com o presidente da República e os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, seu superior hierárquico, e da Casa Civil, Rui Costa, ambos interessados em aumentar sua influência nos rumos da empresa.

O ponto culminante das desavenças foi a diferença entre as posições de Silveira, favorável à retenção da totalidade dos 44 bilhões de reais de dividendos extraordinários do primeiro trimestre para investimentos futuros, e de Prates, que defendia a distribuição de 50% desse valor aos acionistas, posição que prevaleceu mais tarde, influenciada pela visão do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mobilizado pela necessidade de o governo recuperar receitas para cumprir as metas fiscais. Com o desfecho, o Tesouro receberá cerca de 6 bilhões referentes aos dividendos.

O volume atual de distribuição de dividendos chega a ser chocante. Apenas em 2022 e 2023, a Petrobras desembolsou mais de 290 bilhões de reais com dividendos, acima de Shell e Exxon, que têm receitas e patrimônios mais de duas vezes superiores. A geração de caixa da estatal é mais da entregue por Shell, Esso, British Petroleum, Chevron e Total.

No bilhete de despedida encaminhado aos empregados da estatal, Prates diz que sua participação na empresa foi encerrada antes do tempo e revela a presença de Silveira e Costa no anúncio da sua demissão: "Minha missão foi precocemente abreviada na presença regozijada de Alexandre Silveira e Rui Costa". Indicada por Lula após consultas ao ex-presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, à ex-presidente Dilma Rousseff e ao presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, a sucessora de Prates, Magda Chambriard, foi sugerida para o cargo pelo PT do Rio de Janeiro, com apoio do deputado André Ceciliano.

A julgar apenas pelos currículos, a nova titular do cargo parece reunir maior número de requisitos para dirigir a empresa no sentido pretendido pelo governo. Prates, ex-integrante da assessoria jurídica da Petrobras Internacional (Braspetro), é senador, advogado e consultor empresarial e tem grande experiência em negociações internacionais com empresas e instituições financeiras. Chambriard, funcionária de carreira da Petrobras, na qual chegou a ocupar a posição de diretora de produção e presidente da ANP no governo Dilma, é engenheira formada pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da UFRJ, reconhecido centro de excelência de nível internacional. Recebida em março pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o Ineep, para um seminário interno sobre política de conteúdo local e o papel da Petrobras na retomada da indústria naval brasileira, Chambriard "fez um debate do ponto de vista técnico muito qualificado", relata Mahatma Santos, diretor-técnico da instituição.

> O descompasso entre o governo e Prates aumentou desde o embate em relação à questão-chave dos investimentos para ampliar a oferta de gás

O impulsionamento da Petrobras no rumo da autossuficiência e da transição energética é peça central tanto da retomada da economia, estagnada entre 2015 e 2022, quanto da reindustrialização do País em bases sustentáveis. Consolidada entre as maiores empresas petrolíferas do mundo, a companhia criou, na gestão Prates, uma diretoria de transição energética, ocupada pelo respeitado especialista Mauricio Tolmasquim. Entre as realizações de Prates figura também a inauguração de uma política de preços que pôs fim à dolarização da gasolina e do diesel vendidos no mercado interno.

Hoje, a empresa está, porém, muito mais voltada para atender aos interesses do mercado do que para a execução da estratégia determinada pelo governo Lula. No comando dessa visão está o diretor-financeiro, Sérgio Caetano, historicamente muito próximo de Prates e com perfil de gestor de fundo de investimento. Nos corredores da sede da Petrobras, repete-se uma história, negada por Caetano, de que ele teria dito que não vai "desagradar

em momento nenhum ao mercado". Essa retrospectiva alimenta a expectativa de que a chegada de Chambriard deverá ser seguida da substituição do encarregado da área financeira, entre outros executivos.

"Havia a expectativa de a Petrobras ser usada como instrumento de política pública mais potente, neste momento de reconstrução da estrutura de instrumentos de ação pública do governo na economia. Acho que tardaram a entrar no plano estratégico da empresa, e algumas demandas não foram concretizadas", sublinha Santos. O descompasso entre os objetivos do governo e os passos de Prates aumentou, segundo o especialista, desde o embate entre ele e o Ministério de Minas e Energia em relação à questão-chave dos investimentos para a expansão da oferta de gás no Brasil, um projeto estruturante com grande poder indutor do crescimento e da reindustrialização do Brasil. Havia expectativa também quanto à retomada das obras do segundo trem da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).

Outro motivo de acúmulo de tensões foi o aparente abandono do processo de desinvestimento. A empresa tentou renegociar com o Cade os termos de compromisso de cessação de conduta (TCC) para refino e gás natural, um indicativo da intenção de encerrar a política de desinvestimentos antes adotada. "Existia uma expectativa, inclusive por parte dos trabalhadores, de maior celeridade na retomada das fábricas de fertilizantes e das refinarias privatizadas", ressalta Santos.

Em artigo publicado na edição de novembro da revista *Brasil Energia*, a nova presidente da Petrobras critica a ausência, no atual plano de negócios da empresa, de investimentos na prospecção em terra e de planos para compras locais: "Na exploração e produção, apesar de ter sido cancelada a venda do Polo Bahia, importante para a economia da região, nada se menciona em relação a investimentos nas bacias terrestres maduras, como



Desafetos. Prates reclamou da demissão realizada na "presença regozijada" de Silveira e Costa

RICARDO BOTELHO/MME

também não se fala no fomento à construção de bens e serviços no Brasil. Fala-se da entrada em produção de 14 novas plataformas no quinquênio, mas não se menciona a possibilidade de construção de pelo menos uma pequena parte dos mais de 40 barcos de apoio que serão necessários para a operacionalização da produção nessas plataformas. Falta de expertise em um país que já fez mais de duas centenas de barcos de apoio?"

Chambriard chama atenção também para o fato de que, no Rio de Janeiro, mais de dez estaleiros encontram-se ociosos, enquanto o estado necessita seriamente alocar sua mão de obra produtiva. A construção de um petroleiro pode alocar cerca de 2 mil pessoas. A de um barco de apoio simples, mais de mil. A se considerar, para além disso, os empregos indiretos e induzidos decorrentes dessas atividades, pode-se pensar que a construção de 25% dos barcos que serão necessários para apoiar as novas plataformas a operar no quinquênio já seria um bom alívio para o Rio.

> **Em 2022 e 2023, a Petrobras desembolsou mais de 290 bilhões de reais com dividendos, acima de Shell e Exxon, que têm receitas duas vezes superiores**

Por certo, a indústria local sobrevivente aplaudiria essas palavras de Chambriard, ainda mais se forem concretizadas, mas os caminhos para vincular a companhia aos interesses do País inclui outros desafios, também espinhosos. Será necessário enfrentar também o *bunker* de representantes do mercado financeiro, do bolsonarismo e do lavajatismo no interior da empresa. Além disso, o governo anterior produziu muitas amarras para a atuação da empresa a partir da Lava Jato, desde a Lei das Estatais aos regramentos internos, que dificultaram muito os investimentos.

Quando se tolhem os investimentos, por definição a companhia vai gerar muito caixa, porque o pré-sal é altamente rentável e o nível de produção vai aumentar até 2030. Como os custos são baixos, haverá uma geração de caixa enorme, acompanhando o ciclo do pré-sal. •

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.
Economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países



A turma da bufunfa anda inquieta

▶ Parecem duvidosos os argumentos em defesa das generosas taxas de juro que tanto a favorecem

Volto a escrever sobre a extravagante política de juros do Banco Central. O assunto é vasto; vou me ater ao que parece mais relevante na atual conjuntura.

Começo com a divisão da diretoria do BC. Antes da mais recente reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom), a mídia anunciou um combate de proporções épicas. De um lado, os conservadores, defendendo redução de 0,25 ponto porcentual da Selic, a taxa básica de juros. De outro, os revisionistas, lutando por uma diminuição de 0,5 p.p. Prevaleceu o grupo conservador, com cinco votos, contra o grupo minoritário, que conta com quatro integrantes indicados por Lula. Mas foi, na verdade, uma Batalha de Itararé. Entre mortos e feridos, salvaram-se todos. A ata dessa reunião do Copom, como seria de se prever, valeu-se do habitual "banco centralês" para apaziguar ânimos e restabelecer a concórdia entre os nove ilustres integrantes do colegiado.

Persiste o problema de fundo, entretanto. Em dezembro, termina o mandato do atual presidente da autarquia. O que quer o mercado? Idealmente, que Roberto Campos Neto seja substituído por outro funcionário graduado do sistema financeiro, daqueles que seguem o *script* e não ameaçam os interesses estabelecidos.

Não sendo isso possível, e por via das dúvidas, a turma da bufunfa tenta intimidar o governo, em especial o ministro da Fazenda. Faz sentir, de várias maneiras, que a escolha não deve recair sobre um nome pouco palatável. Se o sucessor não puder ser um deles, que seja uma figura inofensiva e cooptável.

Mas deixemos isso de lado. Há questões mais fundamentais, entre outras, a seguinte: por que o BC insiste tanto na política de juros altos? Como justificá-la?

O argumento do BC tem duas pernas. Primeira: a sua tarefa primordial é conduzir a política de juros de forma a alcançar as metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional. A segunda é que os modelos econômicos adotados por ele indicam, supostamente com alguma segurança, que o elevado nível da Selic é indispensável para ajustar a inflação às metas. Simples assim.

Simples e enganoso. O argumento do BC tem fragilidades. Por exemplo, será que as metas não seriam excessivamente ambiciosas, contribuindo para que os juros fiquem altos demais? Se o centro da meta de inflação fosse um pouco mais alto e o intervalo da banda inflacionária (isto é, a distância entre teto e piso) um pouco mais amplo, não teria o BC raio de manobra para suavizar os juros? Um pequeno ajuste das metas dificilmente traria risco de descontrole inflacionário.

Outra dúvida: que modelo ou modelos são esses que geram a necessidade de manter juros sempre na estratosfera? Todo e qualquer modelo envolve uma dose considerável de incerteza. Qualquer um que tenha experiência nessa área sabe que eles não são capazes de dar respostas unívocas às principais questões econômicas. Por isso, aliás, é que os Bancos Centrais nunca se baseiam apenas em modelos e nas projeções deles derivadas. Para a tomada de decisões, observam todo um conjunto de variáveis, indicadores e informações.

Ora, muitos desses indicadores sugerem que seria possível, sim, flexibilizar mais rapidamente a política monetária sem colocar em risco o controle da inflação. Dadas as incertezas que sempre cercam a questão, a polêmica é inevitável e tende a ser acirrada. Em favor da redução, podemos alinhar as seguintes evidências, entre outras. A taxa de inflação corrente está sob controle e não apresenta tendência de alta. Para este ano e o próximo, as projeções de inflação não indicam grande diferença em relação às metas. A economia apresenta capacidade ociosa na indústria e taxas elevadas de desocupação dos trabalhadores (sobretudo, nas definições mais amplas de desemprego). Existe, além disso, muita folga no balanço de pagamentos, o que permite ampliar as importações com tranquilidade. A catástrofe no Rio Grande do Sul, como todo choque de oferta, pressiona a inflação e derruba a produção, mas não modifica radicalmente, até onde se pode enxergar, o quadro econômico nacional.

Má notícia para a militante turma da bufunfa: parecem duvidosos os argumentos em defesa das generosas taxas de juro que tanto apreciam e que tanto os favorecem. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

Trombadas da desglobalização

CONCORRÊNCIA O protagonismo da grande empresa e a relação de gato e rato entre protecionismo e livre-comércio continuam a dar o tom na economia internacional

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Em sua edição de segunda-feira 13 de maio, o jornal *Valor* apresenta um artigo de Assis Moreira. Empenhado em advertir os leitores para o recrudescimento do conflito entre os espaços econômicos nacionais e o retrocesso da globalização, o autor abre a matéria dedilhando os acordes sensíveis dos desarranjos em curso:

"A taxação adicional dos EUA contra carros elétricos e outros produtos ambientais chineses, esperada para esta semana, será uma ilustração a mais da persistente erosão do sistema comercial e mais turbulências à frente nas trocas globais. Isso ocorre em meio à aceleração das transições ambientais e tecnológicas que estão mudando profundamente a forma como vivemos e produzimos".

Peço licença aos leitores de nossa *CartaCapital* para reproduzir o que escrevi no livro *Os Antecedentes da Tormenta*.

O economista americano Michael Hudson no livro *Trade, Development and Foreign Debt* faz uma avaliação histórica e crítica das teorias do comércio e das finanças internacionais, desde os mercantilistas até os dias de hoje, com parada obrigatória em Adam Smith e David Ricardo. Ele divide as teorias em dois grandes grupos:

1. Aquelas que definem o sistema econômico internacional a partir de relações hierárquicas entre os Estados Nacionais, suas moedas, seus sistemas financeiros e suas empresas.

2. As que advogam a existência de um espaço homogêneo e "competitivo", um campo aberto para o desenvolvimento dos negócios e das trocas.

Para Hudson, as palavras "protecionista" e "livre-cambista" são etiquetas ideológicas que ocultam as razões de fundo das divergências. O capitalismo realmente existente conta uma história mais ambígua do que aquela narrada pelos fundamentalistas – de um lado e de outro – a respeito do desenvolvimento das relações econômicas internacionais. Protecionismo e livre-cambismo convivem como cães e gatos. Brigam o tempo todo, mas são inseparáveis.

> A degradação da ordem liberal legitimou as **aventuras totalitárias à esquerda e à direita**

No fim do século XIX, no apogeu da ordem liberal burguesa, a expansão do comércio e das finanças internacionais estava fundada nas relações simbióticas entre o liberalismo da Inglaterra hegemônica e as políticas protecionistas de industrialização dos retardatários europeus e dos Estados Unidos.

Ao longo do tumultuado período encravado entre a Primeira Guerra Mundial e a vitória dos aliados em 1945, a fúria e a desordem dos mercados colocaram em risco as normas de convivência e os valores da ordem liberal capitalista. Já no fim do século 19, na esteira da Segunda Revolução Industrial, a ampliação da presença das massas trabalhadoras nas cidades e a conquista do sufrágio universal transformaram em problemas sociais fatos que antes eram considerados resultados da conduta irregular dos indivíduos. A ideia de desemprego como fenômeno social, produzido pela operação imperfeita de mecanismos econômicos, é muito recente. Ainda no crepúsculo do século 19, o desemprego era tomado como vagabundagem, inabilitação ou simples má sorte.

O colapso da ordem liberal foi acompanhado de instabilidades financeiras, monetárias e cambiais devastadoras, transmitidas por meio dos circuitos financeiros e comerciais que articulavam as economias nacionais. Esse intervalo histórico foi marcado por uma reversão brutal das convenções e das concepções que haviam prevalecido no mundo do liberalismo comercial inglês regulado pelo padrão-ouro, ou seja, pela hegemonia da libra.

A defesa do espaço econômico e social das nações ganhou preeminência sobre as propaladas vantagens do livre-comércio. O avanço do protecionismo amparado em elevações de tarifas e desvalorizações competitivas tornou-se o esporte predileto dos governos, dos empresários e dos



Barreiras. O governo Biden aumenta as tarifas sobre as importações provenientes da China para proteger os empregos, de olho nas eleições

ISTOCKPHOTO

sindicatos. Os países envolvidos tratavam de despejar o desemprego de máquinas e homens no território do vizinho.

Na ausência de uma coordenação global, o nacionalismo econômico desvairado promoveu a contração do comércio internacional. Os países com maior abertura ao intercâmbio externo de serviços e mercadorias sofreram mais com a contração do comércio. As grandes economias tiveram melhor desempenho com a busca da autarquia. Mas o conjunto da obra foi desastroso.

Não por acaso, na esfera política, a degradação da ordem liberal legitimou as aventuras totalitárias à esquerda e à direita. O coletivismo dos anos 30 era isso mesmo: um fenômeno regressivo promovido pela dissolução dos nexos sociais regulados pelos mercados. A crise realizou a proeza de explicitar a violência essencial que espreita a sociedade quando o indivíduo livre é lançado na liberdade desamparada. Nesse abismo sem fundo germina a hostilidade em relação ao "outro": primeiro as importações, depois o imigrante, o estrangeiro, para culminar na eliminação da diferença sob qualquer forma. Nas profundezas da crise, é necessário eliminar todas as diferenças e mergulhar naquilo que é absolutamente semelhante, a totalidade uterina e intolerante da massa informe e manipulável.

Na posteridade da Segunda Guerra Mundial, a concorrência entre as empresas transnacionais da tríade desenvolvida (Estados Unidos, Japão e Eurolândia) determinou a reconfiguração da geoeconomia global. A transnacionalização da grande empresa – acompanhada da ampliação e da reorientação dos fluxos de comércio – promoveu o investimento "cruzado" nos mercados dos países industrializados e suscitou a redistribuição geográfica da produção manufatureira para a periferia.

A "metástase" da grande empresa ganhou força na década de 90 e, desde então, concentrou o investimento industrial na China e na Ásia emergente.

A China fez a diferença. Sua "competitividade" é crescente tanto nos mercados menos qualificados como, em ritmo acelerado, nos de tecnologia mais sofisticada. Torna-se grande receptor (incluída a intermediação das praças de Hong Kong e Cingapura) do investimento direto norte-americano e, ao mesmo tempo, ganha participação crescente no mercado de bens finais, peças e componentes dos Estados Unidos. Simultaneamente, os chineses sustentam a continuada elevação da taxa de acumulação de capital e a rápida graduação tecnológica de suas exportações.

Vou encerrar com um parágrafo da matéria de primeira página da edição do *Financial Times* de 14 de maio: "A administração Biden está aumentando drasticamente as tarifas sobre as importações provenientes da China, incluindo veículos elétricos, baterias e semicondutores, num esforço para proteger os empregos nos EUA antes das eleições de novembro. A Casa Branca disse que a ação foi 'cuidadosamente direcionada a setores estratégicos' que também incluíam alumínio e aço, minerais críticos, células solares, guindastes portuários e produtos médicos". •

Ideias para o futuro

DIÁLOGOS CAPITAIS *CartaCapital* inaugura ciclo de debates em busca de caminhos para impulsionar a reindustrialização sustentável e as exportações brasileiras

No ano em que celebra seu 30º aniversário, *CartaCapital* promove um novo ciclo dos **Diálogos Capitais**, dedicado ao debate de propostas para desenvolver o Brasil e superar as desigualdades. Reunidos na sede da Confederação Nacional da Indústria em Brasília, representantes do governo, do setor privado e da sociedade civil organizada discutiram, na terça-feira 14, caminhos para impulsionar a reindustrialização sustentável e fortalecer as exportações. "Ao contrário do que dizem os negacionistas, crescer, gerar emprego e renda não é tarefa incompatível com a preservação da natureza", observou Manuela Carta, *publisher* da revista. "O desenvolvimento sustentável abre novas janelas de oportunidade, com o potencial de regenerar um modelo de crescimento que, sem uma significativa mudança de rota, tem os dias contados."

Na abertura da série de debates, intitulada "Um Projeto de Brasil", estiveram presentes o ministro das Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha, o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Fernando Elias Rosa, e o vice-presidente da CNI, Jamal Jorge Bittar.

Em sua apresentação, Padilha observou que a transição para uma economia de baixo carbono está no horizonte de praticamente todos os projetos realizados pelo governo, inclusive nos esforços de reconstrução do Rio Grande do Sul, devastado pelo maior desastre natural de sua história. Segundo ele, não adianta simplesmente reeditar um "Plano Marshall" para o estado, como sugeriu o governador Eduardo Leite. É preciso conceber "uma reconstrução sustentável", buscando um equilíbrio entre crescimento econômico, preservação do meio ambiente e inclusão social.

O Brasil, sustenta Padilha, tem plenas condições de assumir um papel de liderança na luta contra as mudanças climáticas, até por abrigar a maior floresta tropical do mundo e possuir uma das matrizes energé-



Abertura. Na mesa, Bittar, Padilha e Elias Rosa. Na plateia, diversos líderes políticos, como Rogerio Correia, Jandira Feghali, José Dirceu, Zeca Dirceu e Ricardo Capelli. Todos saudados por Manuela e Mino Carta









LEONARDO PRADO E PAULO NEGREIROS

ticas mais limpas do planeta, com 45% de suas fontes renováveis. Se aproveitar esse potencial e assumir o protagonismo no debate ambiental, o País terá acesso a novos mercados e maior capacidade de atração de investimentos. Mas isso só será possível se governo e Congresso Nacional atuarem em sintonia, reconhece o ministro.

"Temos de avançar em uma agenda legislativa que consolide a transição ecológica no Brasil", afirma. Padilha destacou três importantes projetos do Executivo para iniciar esse processo, que já foram aprovados na Câmara e agora tramitam no Senado: a regulação do mercado de crédito de carbono, o programa de apoio à transição energética e o projeto dos "combustíveis do futuro", com incentivos à produção de biogás, biometano, diesel verde e uma alternativa sustentável ao querosene usado na aviação.

Vice-presidente da CNI, Jamal Jorge Bittar celebrou o plano Nova Indústria Brasil, lançado pelo presidente Lula em janeiro, com previsão de 300 bilhões de reais em financiamentos para o setor até 2026 e metas traçadas para os próximos nove anos. "Certamente, haverá impasses, mas, quando há parceria do Estado com o setor privado, ninguém segura."

A segunda mesa, dedicada ao tema "Reindustrialização em Bases Sustentáveis", contou com a participação do presidente do Conselho Nacional do Sesi, Vagner Freitas, do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, e dos economistas André Roncaglia, professor da Unifesp, e Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

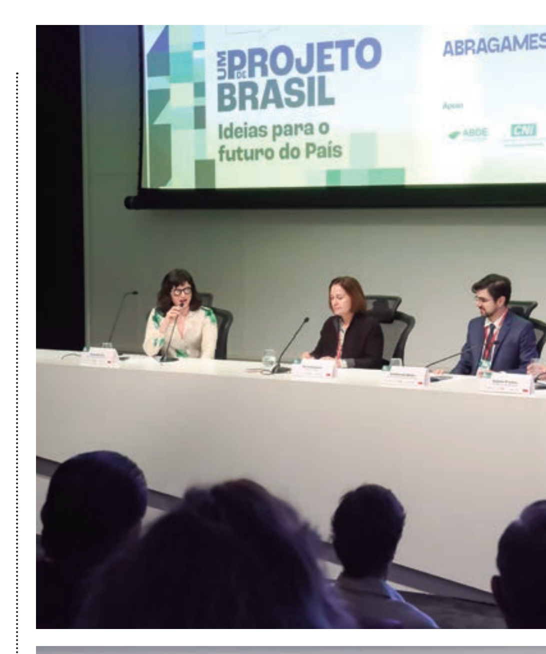
Freitas ressaltou que o setor industrial tem muito a contribuir, não somente para o crescimento da economia, mas também a construção de um projeto mais ambicioso, visando a superação das graves desigualdades que assolam o País. "Devemos propor um grande debate, capitaneado pela sociedade civil, para construir um verdadeiro projeto de nação", propõe. "A sociedade precisa manifestar-se, tomando em suas mãos a condução do seu destino".

Até a reconstrução do Rio Grande do Sul precisa ser feita em bases sustentáveis, defendeu Padilha

Já o secretário nacional de Política Econômica enfatiza que a reforma tributária, aprovada em dezembro do ano passado, após décadas de infrutíferas tentativas de aperfeiçoamento, pavimenta o caminho da neoindustrialização. O setor industrial deve ser beneficiado com a simplificação da cobrança de impostos, a redução de litígios fiscais e o barateamento do acesso ao crédito. Além disso, a transição para uma economia verde abre numerosas oportunidades para a indústria brasileira, inclusive com o surgimento de nichos em mercados inexplorados.

A última mesa explorou o tema "Inovação, Competitividade e o Incremento das Exportações", com a participação do presidente da Embratur, Marcelo Freixo, da diretora da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, Ana Paula Repezza, do presidente do Sebrae, Décio Lima, e da secretária-executiva de Comércio Exterior do MDIC, Tatiana Prazeres.

À frente da promoção internacional do turismo desde o início do governo Lula, Freixo relatou as dificuldades para reconstruir a imagem do Brasil após os quatro anos da gestão de Jair Bolsonaro, marcados pelo negacionismo climático e pelo desprezo à proteção ambiental. "Quando assumimos, o mundo ainda enxergava o país do 'passar a boiada'. Em agosto de 2023, o clima já era outro. À época, a revista *Forbes* elegeu o Brasil como o melhor destino do mundo para o ecoturismo."





Durante sua explanação, Freixo defendeu a necessidade de enxergar o turismo como um produto relevante no comércio exterior. "O setor representa 8% do PIB e isso movimenta o País. Os nossos biomas, a cultura, a gastronomia e a diversidade cultural fazem parte de um modelo de negócio transformador de emprego e renda", pontuou. A avaliação é compartilhada por Repezza, da ApexBrasil. "É importante lembrar que, juntamente com a experiência que o turista tem nos destinos brasileiros, ele quer levar presentes, lembranças. O turismo é também uma indústria de exportação de bens."









Agenda. Grossi, Mello, Freitas e Roncaglia concentram-se na reindustrialização. Já Prazeres, Repezza, Lima e Freixo avançaram no debate sobre exportações, turismo e pequenos negócios. Freitas também recebeu homenagem do reitor da Zumbi dos Palmares

LEONARDO PRADO E PAULO NEGREIROS

Em 2023, as vendas brasileiras para o mundo alcançaram o valor recorde de 339,6 bilhões de dólares e o País chegou a um saldo comercial de 98,8 bilhões, 60% maior que 2022 e também recorde da série histórica. Na avaliação de Repezza, o desempenho pode melhorar ainda mais com a entrada de novos *players*. "Quanto mais empresas, das diferentes regiões do Brasil, atuarem no comércio exterior, teremos melhores salários, mais empregos e companhias mais resilientes."

Já Décio Lima, presidente do Sebrae, defendeu um tratamento mais cuidadoso com os micro e pequenos empreendedores, que representam 95% dos CNPJs no Brasil e são responsáveis por 55% dos empregos formais, mas geram apenas 30% do Produto Interno Bruto (PIB). "São homens e mulheres que produzem renda e fazem a nossa economia girar. Esse setor precisa ter visibilidade, pois não tem portas abertas ao mercado da forma que merecia ter", destaca. Segundo ele, 88% das micro e pequenas empresas não têm acesso a crédito no Brasil. "Por isso estamos oferecendo a maior carteira de crédito da história do Sebrae, com 30 bilhões de reais disponibilizados por meio do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). É um momento de acreditar no Brasil."

A série de debates "Um Projeto de Brasil" conta com patrocínio da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Digitais Eletrônicos (Abragames), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), do Banco do Brasil, da Petrobras e do Conselho Nacional do Sesi. Outras duas rodadas de discussões estão previstas neste ano. Em agosto, o evento focará nos desafios para a integração nacional e sul-americana. Em novembro, estarão em pauta o futuro do trabalho e as reformas necessárias ao País. Os eventos são transmitidos ao vivo no canal de *CartaCapital* no YouTube, no qual qual também é possível assistir à íntegra das apresentações já realizadas. •

A Europa hipnotizada

The Observer O avanço da extrema-direita nas eleições de junho deve impulsionar os partidos nacionalistas em todo o continente

POR JON HENLEY

Será difícil, se não impossível, que os ganhos da extrema-direita nas eleições do próximo mês a façam conquistar mais poder no Parlamento Europeu, mas eles poderão impulsionar os partidos nacionalistas nas capitais europeias, alertam especialistas. As consequências desse fenômeno podem ser até mais desastrosas que a circunstancial guinada à direita no Legislativo.

Pesquisas indicam que os partidos de extrema-direita ou conservadores linha-dura poderão terminar em primeiro lugar em nove Estados da União Europeia, incluindo Áustria, França e Países Baixos, nas eleições de 6 a 9 de junho, e em segundo ou terceiro lugar em outros nove, como Alemanha, Espanha, Portugal e Suécia.

A ascensão prevista do grupo de extrema-direita Identidade e Democracia (ID) e do conservador-nacionalista Conservadores e Reformistas Europeus (ECR) gerou especulações sobre uma "virada brusca à direita" no Parlamento Europeu, ameaçando projetos-chave do bloco, como o Acordo Verde. O ID, a incluir o Reagrupamento Nacional (RN) de Marine Le Pen na França, a Liga de Matteo Salvini na Itália, a Alternativa para a Alemanha (AfD), o Partido da Liberdade na Áustria (FPÖ) e o Vlaams Belang na Bélgica, está a caminho de ser o grande vencedor, passando de 59 eurodeputados para, talvez, 85.

O ECR nacional-conservador, que inclui os Irmãos da Itália de Giorgia Meloni, o partido Lei e Justiça (PiS) da Polônia, o Vox da Espanha, o partido dos Finlandeses e os Democratas da Suécia, está em condições de eleger perto de 75 eurodeputados, um avanço mais modesto.

Os analistas avaliam, porém, que o avanço da extrema-direita, embora considerável, pode fazer pouca diferença imediata no funcionamento do Parlamento – uma das três instituições centrais da União Europeia, juntamente com o Conselho Europeu, que representa os governos, e a Comissão Europeia, o Executivo do bloco.

Em primeiro lugar, os partidos que compõem a "grande coalizão" de conservadores, socialistas e liberais "provavelmente perderão um número substancial de assentos, mas manterão a maioria geral", avalia Luigi Scazzieri, do grupo de pensadores Centro para a Reforma Europeia (CER). O principal grupo de centro-direita do Partido Popular Europeu (PPE), a incluir os Democrata-Cristãos alemães (CDU) da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, deverá continuar como o maior no Parlamento de 720 lugares, com em torno de 175 eurodeputados, enquanto a Aliança Progressista de Socialistas e Democratas, de centro-esquerda – a reunir siglas como o Partido Socialista Operário da Espanha (PSOE) –, caminha para o segundo lugar, com até 145 eurodeputados.

> Apesar da tendência captada por pesquisas, os centristas têm grandes chances de manter o controle do Parlamento

Embora o grupo liberal Renovar, que inclui o centrista Renascimento do presidente francês, Emmanuel Macron, possa perder uma dúzia de assentos, possivelmente retendo apenas 80, isso ainda deve garantir que, "nas grandes decisões, o centro se manterá", afirma Nicolai von Ondarza, do Instituto para Assuntos Internacionais e de Segurança, da Alemanha.

Além disso, segundo os analistas, o ID e o ECR discordam tão profundamente que é difícil vê-los trabalhar em conjunto. "Tenho quase certeza de que não veremos um grupo plural de extrema-direita no Parlamento Europeu", diz Von Ondarza. "Eles estão muito divididos."

Os dois grupos podem concordar amplamente em algumas questões, como a migração (na qual sua posição linha-dura se tornou, de qualquer modo, uma tendência dominante na Europa) e o adiamento ou mesmo a revogação da legislação verde, mas estão divididos em outras, como

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 44
Gaza. Famílias aterrorizadas fogem de Rafah em meio à iminente ofensiva israelense

a posição em relação à Rússia e à Ucrânia.

Os partidos do ECR são majoritariamente populistas, nacionalistas e conservadores, e muitos estão, ou estiveram, no governo. São críticos da União Europeia (às vezes duramente), mas, em última análise, fazem parte daquilo que Von Ondarza descreve como "a grande máquina de compromisso da UE". Ajudaram, inclusive, a redigir a legislação do bloco.

Os membros do ID, ao contrário, são na maioria de extrema-direita, anti-UE – e muitas vezes vistos como extremistas em seus países. No cenário europeu, são mais perturbadores do que construtivos: a AfD fala abertamente de um "Dexit" (referendo para a saída da Alemanha da UE), enquanto as propostas do RN de "preferência nacional" para os franceses em empregos e benefícios não são compatíveis com a permanência no mercado único.

Em nenhum lugar a divisão entre os

Ascensão. Na França, Marine Le Pen está prestes a impor uma vexatória derrota ao presidente Macron. Já a AfD pode vencer três eleições estaduais na Alemanha



RN E JENS SCHLUETER

grupos é mais clara do que sobre a Rússia. Desde a invasão em grande escala da Ucrânia por Moscou, os membros do ECR, como os Irmãos da Itália de Meloni e o PiS da Polônia, revelaram-se firmemente pró-Otan e pró-Kiev. Em contraste, muitos integrantes do ID – particularmente os filiados à AfD – permanecem mais ou menos abertamente pró-Rússia.

Há também tensões internas, observam os analistas. Dentro do ID, Marine Le Pen, em particular, manifestou críticas à AfD depois que membros participaram de uma reunião secreta para discutir um plano de remoção em massa de estrangeiros da Alemanha, incluindo os que detêm passaporte alemão. A detenção, no mês passado, do assistente parlamentar de Maximilian Krah, o principal candidato do partido nas eleições, por suspeita de espionagem para a China, instigou dúvidas de alguns parceiros sobre a AfD, cujos elementos são classificados pelo serviço de inteligência interna da Alemanha como "extremistas de direita comprovados".

É muito provável que haja algum tipo de reorganização dos dois grupos de extrema-direita após as eleições – com a decisão do primeiro-ministro autoritário da Hungria, Viktor Orbán, cujo partido Fidesz deixou o PPE em 2021 e cujos eurodeputados não pertencem atualmente a nenhum grupo parlamentar europeu, o que é definido como essencial.

Muitos observadores consideram que seus 14 eurodeputados previstos acabarão por aderir ao ECR – mas isso, como observa Von Ondarza, "significaria quase certamente que o partido Finlandeses e os Democratas suecos sairiam" devido, entre outras coisas, à posição do governo húngaro favorável ao Kremlin.

Qualquer que seja a constelação que surja, prevê Mujtaba Rahman, da consultoria de risco Eurasia Group, a direita populista estará "desorganizada demais para trabalhar em conjunto. Eles simplesmente não conseguirão ser coesos. Terão capacidade de realizar reuniões conjuntas, votar estrategicamente? Não acredito".



No entanto, mesmo que a grande coligação parlamentar de centro-direita, centro-esquerda e liberais se mantenha, sua maioria reduzida poderá ter consequências, especialmente em áreas políticas onde o conservador PPE pode ser tentado a desacelerar o progresso.

"O discurso da extrema-direita já venceu na União Europeia em termos de imigração", disse Von Ondarza, "e as coisas começam a se mover nesse sentido sobre a política climática: o PPE já se opõe a algumas partes do acordo verde. Poderia ficar tentado a apoiar o ECR para bloqueá-las, e talvez também algumas questões de política familiar e segurança."

Von der Leyen já disse que, dependendo da composição do Parlamento e de quem estiver em cada grupo, o PPE não exclui trabalhar com o ECR (embora um ECR com Orbán possa complicar as coisas, muitos partidos relutam em se associar a ele).



FPO, REDES SOCIAIS E GABRIELE MARICCHIOLO/NURPHOTO/AFP

O papel da primeira-ministra italiana Meloni, que se revelou uma participante surpreendentemente construtiva na UE, poderá revelar-se crítico. "Ela está tentando convencer Orbán a avançar na sua direção com respeito à Ucrânia, ou à UE", disse Rahman. "Ela entendeu que seu sucesso tem a ver com ser construtiva."

Von Ondarza avalia que Meloni enfrenta uma grande escolha. "Ela pode aliar-se a Orbán e afastar definitivamente o ECR do centro, ou pode alinhar-se a Von der Leyen. Se fizer a primeira opção, perderá tudo o que ganhou até agora."

No entanto, é fora de Bruxelas e de Estrasburgo que estas eleições para o Parlamento Europeu poderão ter seu maior impacto, alertam analistas. Os partidos de extrema-direita já estão em governos de coligação na Itália e na Finlândia e prestam

A direita populista estará "desorganizada demais para trabalhar em conjunto", pondera Mujtaba Rahman, da consultoria Eurasia Group



Farra extremista. As eleições europeias devem fortalecer ainda mais a Liga de Matteo Salvini na Itália, o Partido da Liberdade na Áustria e o Fidesz de Viktor Orbán na Hungria



novamente apoio parlamentar na Suécia.

É muito provável que um partido de extrema-direita seja uma grande parte do próximo governo holandês, depois que o Partido para a Liberdade, de Geert Wilders, terminou em primeiro lugar nas eleições de novembro. O Vlaams Belang está a caminho de ficar em primeiro lugar na Bélgica de língua flamenga nas eleições nacionais em junho. O FPÖ deverá vencer as eleições austríacas ainda este ano. Já a AfD poderá vencer três eleições estaduais na Alemanha.

"Um forte resultado eleitoral da extrema-direita provavelmente lhes dará mais impulso", observa Scazzieri, do CER. "Uma forte atuação do FPÖ poderia levá-lo à vitória na votação nacional. Se seu líder, Herbert Kickl, se tornar chanceler, Orbán e Robert Fico da Eslováquia seriam acompanhados por um terceiro líder populista cético sobre a Ucrânia."

Na França, acrescenta Rahman, Le Pen parece prestes a humilhar Macron, com a chapa do RN obtendo talvez o dobro de votos da agremiação do presidente. Na Alemanha, a AfD pode ter perdido 3 ou 4 pontos nas pesquisas após uma série de escândalos, mas ainda está em vias de terminar em segundo lugar, atrás da CDU, de oposição, mas à frente do Partido Social-Democrata de centro-esquerda do chanceler Olaf Scholz.

"O que mais me preocupa é o impacto destas eleições sobre líderes já fracos", diz Rahman. "Macron e Scholz já estão em dificuldades. No nível da UE, o maior impacto destas eleições será enfraquecer ainda mais esses líderes." Para Scazzieri, a influência plena das eleições europeias de 2024 "será sentida ao longo do tempo", com as principais forças políticas sendo pressionadas para agir corretamente em questões como a política climática – e, potencialmente, com uma mudança do equilíbrio de poder entre as capitais nacionais. •

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

Processão sem-fim

The Observer Famílias aterrorizadas fogem de Rafah, enquanto Israel ignora a pressão internacional e prepara ataque total à cidade

POR JASON BURKE, DE TEL-AVIV, LORENZO TONDO, DE JERUSALÉM, E MALAK A. TANTESH, DE RAFAH

Mais de 100 mil palestinos fugiram de Rafah, cidade no extremo sul de Gaza, no sábado 11, após avisos israelenses para que o local fosse evacuado antes de um ataque militar iminente, que abriria uma nova etapa no sangrento conflito iniciado há sete meses. As estradas que partem de Rafah estavam cheias de longas filas de jovens e velhos, doentes e saudáveis, viajando em picapes sobrecarregadas e velhos carros, em carroças a cavalo ou carrinhos puxados à mão. Muitos caminhavam carregando seus pertences sob o sol escaldante de verão. Alguns eram empurrados em cadeiras de rodas, ou mesmo carregados.

A cada dia, mais pessoas fogem de Rafah, desde que as Forças de Defesa de Israel ordenaram a evacuação dos bairros do leste, pouco antes de tomarem o cruzamento de fronteira com o Egito, a leste da cidade, na terça-feira 7. Segundo as FDI, foi uma "operação precisa e limitada" para impedir o contrabando pelo Hamas de armas ou dinheiro para Gaza.

Eram 280 mil palestinos em fuga, segundo estimativa de funcionários das Nações Unidas, com quase metade desse contingente saindo da cidade em 24 horas. O ataque da semana anterior parece ter sido apenas um prenúncio da grande ofensiva prometida por Israel, apesar dos repetidos apelos à contenção por parte da ONU, de agências humanitárias e de aliados próximos.

Benjamin Netanyahu, o primeiro-ministro israelense, rejeitou a pressão dos EUA para adiar um ataque em grande escala a Rafah, dizendo que o Hamas baseou lá a maioria de seus principais líderes e as forças remanescentes. Isso levou o governo de Joe Biden a interromper a entrega de 3,5 mil bombas. Na semana passada, Netanyahu disse que Israel "resistiria sozinho" e lutaria com "as unhas", se necessário.

As FDI instruíram os moradores com panfletos e mensagens nas redes sociais a deixarem o centro de Rafah no sábado. Em um comunicado, Israel disse que suas forças "continuam a agir contra a organização terrorista Hamas, que utiliza os moradores de Gaza como escudos humanos para suas atividades terroristas e proteção da infraestrutura".

Os palestinos relutam em migrar para a "zona humanitária expandida" designada pelo exército israelense

Cerca de 1 milhão de palestinos deslocados de outras partes da Faixa de Gaza estão abrigados em Rafah há meses. Agora a cidade está se "esvaziando", disseram funcionários da ONU ao *Observer*, prevendo uma evacuação em massa nos próximos dias.

"Estamos num estado de extrema tensão e ansiedade", lamenta Dina Zayed, de 54 anos, que está em Rafah há seis meses, desde que fugiu do norte de Gaza, logo após o início da guerra. "Não sabemos o que vai acontecer conosco. Estamos indo em direção ao desconhecido. Todo mundo sente o mesmo. Os próximos dias serão difíceis."

Há graves preocupações sobre a segurança das pessoas que fogem para a "zona humanitária expandida" designada pelas FDI em Al-Mawasi, na costa, onde trabalhadores humanitários disseram que as condições já eram horríveis. Muhammad Qahman, de 54 anos, disse estar preocupado com as condições em Al-Mawasi, uma faixa de costa arenosa e dunas, com centenas de milhares de deslocados pressionando o abastecimento de comida, água potável e cuidados de saúde já totalmente inadequados. O saneamento quase não existe, levando à rápida propagação de doenças.

"Não sabemos o que vamos fazer. Estamos agora preparando nossas coisas para ir para a área designada pelo exército israelense, que é supostamente segura e humanitária, mas isso é simplesmente uma mentira", afirma Qahman, que vive em Rafah desde janeiro.

O fechamento da passagem de fronteira de Rafah com o Egito e as dificuldades para chegar à passagem de Kerem Shalom com Israel, devido aos combates, significam que uma ajuda limitada chega ao sul e centro de Gaza. As agências humanitárias denunciam que os



Deslocamento forçado. As Forças de Defesa de Israel determinaram a evacuação da cidade, que havia servido de refúgio para civis no início do conflito

AFP

fornecimentos de combustível são escassos, embora Israel tenha dito que entregou 200 mil litros de combustível a Gaza na sexta-feira 10 através de Kerem Shalom – a quantidade que a ONU diz ser necessária por dia para manter em movimento os caminhões de ajuda e os geradores dos hospitais.

As FDI também sinalizaram novas ofensivas no norte de Gaza e apelaram a todos os que viviam lá para que se mudassem para outro lugar. Os combates eclodiram em áreas a oeste e ao norte da Cidade de Gaza, onde o Hamas conseguiu restabelecer sua presença após a retirada das forças israelenses. Até agora, mais de 34.970 palestinos, principalmente mulheres e crianças, foram mortos na ofensiva israelense, lançada depois que o Hamas matou cerca de 1,2 mil pessoas, na maioria civis, e fez 250 reféns num ataque-surpresa ao sul de Israel, em outubro.

Acredita-se que cerca de 132 reféns israelenses permaneçam em Gaza, embora até metade já possa estar morta. No início de maio, surgiram brevemente esperanças de um cessar-fogo, mas foram frustradas quando Israel rejeitou um acordo proposto pelos mediadores.

Autoridades israelenses disseram ao *site* Ynet que as negociações sobre reféns e cessar-fogo com o Hamas não foram completamente interrompidas. As negociações indiretas seriam retomadas “se houver respostas do Hamas com as quais possamos trabalhar”, asseguraram.

O Hamas, por sua vez, afirmou na sexta-feira 10 que os esforços para alcançar uma trégua voltaram à estaca zero depois que Israel rejeitou um plano dos mediadores internacionais, enquanto a Casa Branca expressou seu compromisso de tentar manter os lados engajados, “mesmo que só virtualmente”. Manifestantes têm pressionado o governo israelense a buscar um acordo que resulte na libertação dos reféns.

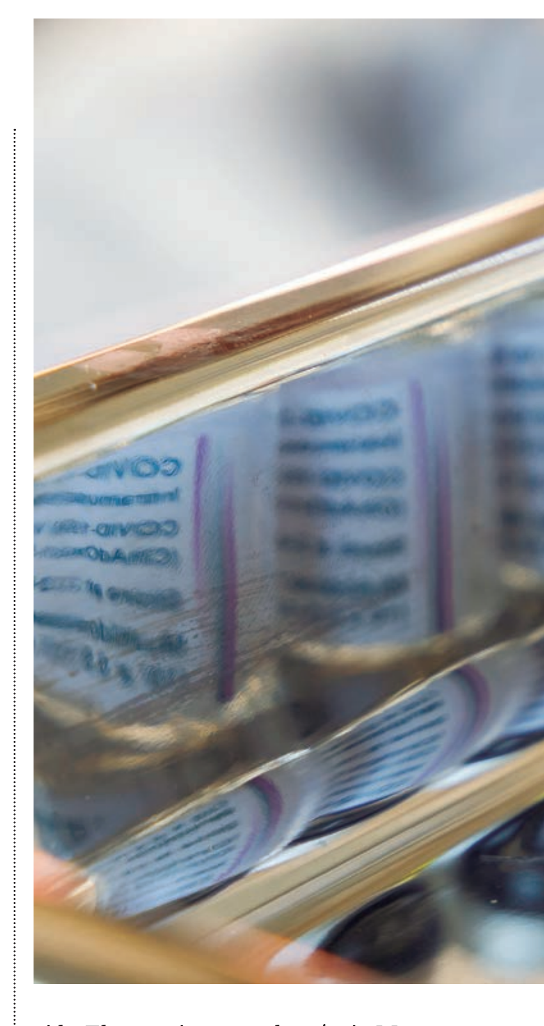
Na sexta-feira 10, os EUA afirmaram que havia provas razoáveis de que Israel tinha violado o direito internacional de proteção a civis na sua condução da guerra contra o Hamas – a declaração mais forte até agora do governo Biden sobre o assunto. Em resposta ao relatório norte-americano, Ophir Falk, conselheiro de política externa de Netanyahu, disse que Israel agiu em conformidade com as leis e que o exército estaria tomando amplas medidas para evitar baixas civis, incluindo alertar as pessoas sobre operações militares por meio de ligações telefônicas e mensagens de texto. •

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

Epopeia científica

TheObserver A AstraZeneca retira sua vacina contra a Covid do mercado, mas o sucesso do projeto não deve ser esquecido

POR ROBIN MCKIE



O recente anúncio de que AstraZeneca deixaria de comercializar sua vacina contra a Covid encerra uma das histórias médicas mais notáveis do século. Criada um ano após o início da pandemia, a vacina AZ era barata, fácil de armazenar e transportar e ajudou a evitar crises humanitárias na Ásia e na América Latina, onde muitos países não podiam pagar pelas caras vacinas de RNA mensageiro que estavam sendo adquiridas pelos países ricos. Estima-se que salvou 6,3 milhões de vidas somente em 2021.

Desde o início, o imunizante desenvolvido por equipes de pesquisa lideradas pelos professores Andy Pollard e Sarah Gilbert, do Oxford Vaccine Centre, foi alvo de controvérsia. A vacina foi relacionada à formação de coágulos sanguíneos, observadores dos EUA criticaram os protocolos de seus ensaios e o presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou que era "quase ineficaz" para pessoas com mais de 65 anos.

Em casos muito raros, a vacina AZ pode realmente causar coágulos sanguíneos. De acordo com um estudo publicado no *British Medical Journal*, para cada 10 milhões de imunizados com AstraZeneca, haveria 73 casos adicionais de coágulos. Por outro lado, 10 milhões de casos de Covid desencadeariam milhares de casos extras desses mesmos coágulos.

Muitas das discussões ligadas à vacina resultaram de interesses próprios nacionais. Outras derivam da natureza das próprias vacinas, e isso levanta questões que provavelmente ressurgirão com a chegada de qualquer nova pandemia nos próximos anos, alertaram os cientistas.

Uma vacina é diferente de outros tipos de medicamentos porque funciona estimulando as defesas das pessoas contra as doenças, armando-as antes de uma infecção futura. Essa preparação vai muito além de ajudar o indivíduo imunizado, protege a população em geral, salienta o professor Stephen Evans, da Escola de Medicina e Higiene Tropical de Londres.

"Há pessoas que não conseguem responder a uma vacina porque estão doentes ou têm um sistema imunitário enfraquecido. Elas continuam vulneráveis. Mas, se for possível aumentar a imunidade coletiva, garantindo que o número máximo de pessoas seja inoculado, os níveis do vírus cairão e os vulneráveis serão protegidos", observa Evans. Se acreditamos ter a responsabilidade de ajudar os outros, ser vacinados permite isso. Em outras palavras, há questões morais sobre ser vacinado."

Convencer o público sobre isso pode não ser fácil, sobretudo após o aumento na propaganda antivacina nos últimos anos. Além do mais, existe uma segunda diferença crucial entre os tratamentos médicos-padrão e as vacinas, acrescentou o professor David Spiegelhalter, da Universidade de Cambridge. "Nunca sabemos as identidades dos que se beneficiam (de uma vacina), são pessoas 'esta-

> De baixo custo e fácil de transportar, o imunizante salvou milhões de vidas e evitou catástrofes humanitárias na Ásia e na América Latina



Os efeitos colaterais eram ínfimos diante dos seus benefícios

ISTOCKPHOTO

tísticas', enquanto aqueles que são prejudicados podem ser identificados e ter as suas histórias contadas."

A vacina contra Covid da AstraZeneca é um exemplo disso. Conhecemos apenas aqueles que foram prejudicados, mas não podemos identificar os que se beneficiaram. Mais uma vez, isso torna mais complicado identificar o sucesso de um imunizante e garantir às pessoas sua eficácia. "Até certo ponto, é possível contornar essa situação e avaliar o impacto das vacinas contra a Covid observando as mortes dos trabalhadores na linha da frente do serviço de saúde nos primeiros dias da pandemia", diz Evans. "Centenas morreram, mas agora está claro que, se tivéssemos uma vacina, a maioria provavelmente teria sobrevivido."

Quando se olha para a vacina AstraZeneca de uma perspectiva global, ela provavelmente beneficiou dezenas de milhões de pessoas, prevenindo mortes e reduzindo as sequelas em longo prazo da Covid, concorda a maior parte dos virologistas e especialistas. Foi um sucesso notável, mas seu fim foi marcado por muitos que salientaram seus efeitos secundários, sem citar suas realizações.

"O paradoxo das vacinas é que as pessoas esquecem o quão importantes elas são", disse o professor Adam Finn, da Universidade de Bristol. "Elas são como a democracia. Você aproveita por um tempo e depois esquece como é importante preservá-la. É um problema."

Por outro lado, também está claro que os políticos e as autoridades devem ter cuidado com suas declarações, acrescentou Fiona Fox, chefe do Science Media Centre. "A confiança do público nas vacinas virá de uma comunicação franca e honesta. Os benefícios superam enormemente os riscos, como aconteceu com esta vacina. Mas você não ganhará nenhuma discussão afirmando que as vacinas são 100% seguras ou correndo para longe aos primeiros relatos de problemas, o que, infelizmente, muitas autoridades tendem a fazer", avalia. "Minimizar os riscos é sempre tentador quando se precisa que as pessoas tomem uma vacina segura, mas ao cabo pode ser contraproducente, porque corrói a confiança em longo prazo." •

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

O que é uma livraria hoje?

MERCADO EDITORIAL A florescência das livrarias de bairro chama a atenção para as novas feições e também para os riscos do negócio do livro na era pós-Amazon

POR ANA PAULA SOUSA



No Alto de Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo, foi aberta, na sexta-feira 10, a Bibla, novo espaço a integrar a lista de livrarias de rua que, após a quebra das grandes redes, só faz crescer na cidade. No sobrado , que abriga cerca de 4 mil títulos, não faltam nem cadeiras e sofás, onde se pode confortavelmente folhear um livro, nem uma alentada cafeteria.

Os móveis, que dão à Bibla certo ar de casa, foram garimpados pelas sócias Isadora Peruch, Luciana Gil e Alessandra Effori em leilões e lojas de móveis usados. "A gente queria que fosse parecido com uma casa: um lugar onde as pessoas venham também para conversar", diz Luciana, enquanto experimenta, dois dias antes da inauguração, o pequeno sanduíche de salmão que fará parte do cardápio.

Luciana é psicóloga e, ao longo da pandemia, foi percebendo que a literatura se fazia mais e mais presente em sua prática clínica. Alessandra, formada em Letras, e dona de uma sólida carreira como gestora cultural, também foi vendo – após morar em Bruxelas e fazer um curso de escrita criativa – os livros ocuparem cada vez maior espaço dentro de si.

A terceira sócia, Isadora, atuou no mercado audiovisual, trabalhou em uma cafeteria, migrou para o mundo dos vinhos e, no ano passado, decidiu que queria abrir uma cafeteria na Praça Professora Emília Barbosa Lima. Ao saber do plano, uma amiga lhe sugeriu que conhecesse Luciana e Alessandra. Das afinidades e complementaridades entre as três, nasceu a Bibla.

Em 2022, em uma reportagem da *Folha de S.Paulo* que radiografava o fenômeno das pequenas livrarias de rua, Walter Porto escreveu que, para muitos dos proprietários, abrir uma livraria "se parecia com construir um refúgio". A livraria de rua é, de fato, um negócio de baixa escala e sempre envolto por uma aura de sonho.

> "Fazemos parte de um movimento de ocupação das ruas", diz uma das sócias da Bibla

As sócias da Bibla não contrariam essa afirmação, mas acrescentam a ela um aposto. "Fazemos parte de um movimento de ocupação das ruas e de criação de um senso de comunidade", diz Alessandra. "É claro que pensamos em como tornar o negócio viável, mas abrir uma livraria de rua sempre terá algo de resistência."

A realidade concreta do mercado de livros indica, além disso, que abrir uma livraria no Brasil de 2024 implica um risco nada pequeno. "Tenho uma grande preocupação em relação ao futuro das livrarias no Brasil", tem repetido Alexandre Martins Fontes, dono

INÊS249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO



pág. 56

Música. Um livro recupera a história do movimento *Nueva Canción Latinoamericana*





BRUNO DONATO E TUCA VIEIRA

Papel. A Megafauna serve de inspiração a muitos dos novos negócios. Alessandra Effori, Isadora Peruch e Luciana Gil abriram na semana passada a Bibla

da tradicional Martins Fontes e, desde o início do ano, presidente da Associação Nacional de Livrarias (ANL).

Procurado por *CartaCapital* para refletir sobre a florescência das livrarias de rua em São Paulo, Fontes quis ampliar a conversa para o que ele chama de ecossistema do livro, hoje em profundo desequilíbrio e no centro de uma disputa política. O mercado aguarda, com grande expectativa, a votação do Projeto de Lei nº 49, de 2015, que institui a política de preço fixo para títulos com até 12 meses de existência.

"A possibilidade de sobrevivência das livrarias no Brasil depende da aprovação do PL", diz. O PL, apelidado de Lei Cortez, está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado e, se aprovado, seguirá para a Câmara. Embora apenas repita uma prática regulatória existente em inúmeros países, a lei, por supostamente atingir o preço dos lançamentos, tende a gerar desconforto na opinião pública. "Quando o consumidor ouve falar em limitação de descontos, cria-se um clima contra a lei", diz Fontes.

O PL estabelece que o teto do desconto sobre o preço de capa dos lançamentos a ser dado por uma livraria é de 10%. E, na prática, apenas a Amazon consegue dar descontos maiores que esse. Uma livraria – seja ela pequena, média ou grande –, que vive exclusivamente da venda de livros, não pode abrir mão de suas margens. "Acho importante repetir que não se trata de uma lei contra a Amazon, e sim de uma lei contra o monopólio e a favor de mais livrarias nas ruas de nossas cidades", diz o presidente da ANL.

Para que se compreenda de fato o significado da lei, é necessário dar um passo atrás e entender, minimamente, o funcio-

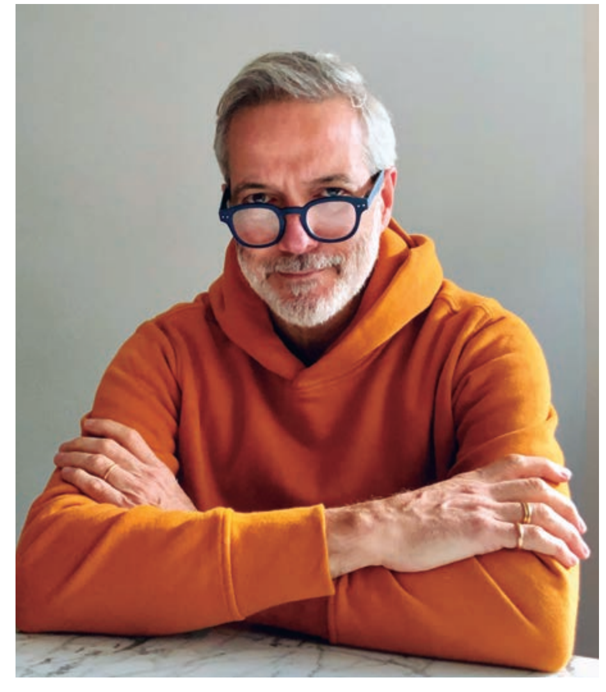
namento desse mercado altamente específico. Uma editora, ao lançar um livro, estabelece o preço de capa. Esse preço toma por base os custos de produção e de distribuição. Em média, as livrarias recebem das editoras um desconto de 50% sobre o preço de capa estabelecido e, com essa margem, pagam seus custos e investimentos.

Fontes observa que um dos equívocos comuns, quando se fala da Lei Cortez, é acreditar que a Amazon vende mais barato porque recebe um desconto maior das editoras. "O que a Amazon faz é abrir mão da margem de lucro, porque ela não ganha dinheiro com livro, e sim com a presença dos consumidores em seu ambiente."

Outro ponto central do PL, nem sempre clarificado, é que a limitação de descontos atinge apenas os lançamentos. Para se ter uma ideia, a Martins Fontes da Avenida Paulista possui 210 mil títulos para pronta entrega; no Brasil, são lançados, anualmente, 13 mil títulos. Ou seja, a lei controlaria os descontos de 5% do que é ofertado.

E, por que, mesmo incidindo sobre uma parcela tão pequena de tudo que é comercializado, a lei se faz importante? "Se eu dependesse só das vendas regulares, não conseguiria fechar as contas. Dependo dos lançamentos", diz Fernanda Diamant, sócia da Megafauna, localizada no Edifício Copan, no Centro de São Paulo. "O PL equilibraria o mercado. Essa primeira vida do livro é muito importante, e hoje a concorrência é muito desigual", prossegue ela, que é sócia também da editora Fósforo.

Na Argentina, país que os brasileiros gostam de elogiar pela quantidade de livrarias de bairro que ostenta, a lei do desconto máximo de 10% estende-se para todo e qualquer título de um catálogo. A França, em 2014, proibiu o frete grátis e limitou os descontos a serem oferecidos pela Amazon a 5% – limite imposto às livrarias desde 1981.



No Congresso Nacional. Alexandre Martins Fontes diz que sem a aprovação do PL que estabelece um limite para os descontos em lançamentos as livrarias podem não resistir

Enquanto o PL nº 49 aguarda sua vez de ser novamente analisado no Congresso, os livreiros vão criando quase que uma nova identidade para esse antigo negócio. "A livraria é o lugar da descoberta. É um espaço de mediação, onde você encontra aquilo que não sabe que precisa", diz Alessandra, da Bibla.

É também a ideia de mediação que dá norte a Pedro Gama, dono da Travessia, livraria instalada em um antigo casarão em Belém, no Pará. Gama é professor de Literatura e Língua Portuguesa, oferece um curso de redação na cidade e entende a livraria, aberta há um ano, como uma continuidade do seu trabalho.

Gama recorre a uma expressão usada por Daniel Louzada, da tradicional Leonardo Da Vinci, no Rio, para definir o que é uma livraria hoje: "Uma zona livre do algoritmo". "Uma livraria de rua não reproduz o *market place*. Ela é um lugar alternativo à política de dados e ligado à criação de comunidades", diz Gama.

> "A concorrência é muito desigual", afirma Fernanda Diamant, sobre os preços da Amazon

Para que sejam também comercialmente viáveis, as livrarias de rua têm incorporado a seus planos de negócios as já tradicionais cafeterias, uma extensa agenda de eventos, debates, cursos e palestras e, em alguns casos, a venda de outros objetos – como peças de design.

Será esse também o caso da Bibla. "Fizemos planilha, *business plan* e muita pesquisa", faz questão de pontuar, em meio à conversa solta sobre a nova livraria, Isadora. "O restaurante, por exemplo, aumenta o tamanho da nossa operação, mas ajuda a equilibrar o negócio." As boas livrarias de rua, além disso, têm como marca uma organização própria das estantes e livreiros receptivos e qualificados. Fernanda Diamant, que inaugurará, em agosto, uma segunda unidade da Megafauna, no Teatro Cultura Artística, na região central da cidade, vê as livrarias, ainda, como um ponto de encontro – que o excesso de telas pode, paradoxalmente, tornar mais atraente.

"Talvez seja mais um *wishful thinking* do que uma constatação", brinca, "mas acho que existe uma certa exaustão das redes sociais, acompanhada da percepção de que as telas podem ser tóxicas, que acaba dando uma nova vida aos livros." •

REDES SOCIAIS/ANL

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Onça-pintada

▶ Como o Amazonas F.C. começa a destacar-se na Série B e se prepara para a meta ambiciosa de colocar a Região Norte no mapa do futebol brasileiro

É quase impossível, neste momento, não falar da tragédia gaúcha. No meu caso, como se a tragédia em si não bastasse, há ainda as consequências na vida esportiva.

Fala-se, sobretudo, do futebol, mas os efeitos se estendem para todas as modalidades e têm peso ainda maior por se tratar de um ano olímpico.

No caso do futebol, a discussão parecia ir aumentando com o nível das águas, até que baixou num ponto comum, diante da tomada de consciência da gravidade da situação.

As reações diante da suspensão das atividades dos clubes gaúchos foram superadas pela reincidência de outras precipitações.

Como encontrar uma saída dentro de outra insanidade, esta representada pelo calendário marcado por competições superpostas e exaustivamente criticado?

Não resta dúvida, de toda forma, de que os clubes gaúchos deverão ser poupados, ainda que a nossa temporada não tenha chegado sequer à metade.

Após refletir sobre a tragédia do Sul, olho para o Norte do País e vejo a grande novidade no futebol brasileiro do momento: o Amazonas F.C., apelidado de Onça-Pintada.

O time ganhou projeção ao vencer, no sábado 11, o grande Santos F.C., que marchava incólume na Série B, fazendo crer que nadaria de braçada no campeonato.

O que vemos, no entanto, é que este é um campeonato cada vez mais difícil de ser conquistado e que o retorno do Santos à divisão principal não se dará sem desafios.

O Amazonas, por outro lado, nasceu em 2019 como um time que, na onda das SAFs, promete reinserir no mapa do futebol brasileiro um time da Região Norte.

Em entrevista ao *site* Globo Esporte, no início deste mês, o presidente do clube, Wesley Couto, afirmou querer transformar o Amazonas em uma força nacional.

Ele quer "incomodar os clubes hegemônicos do eixo Rio-São Paulo", conquistar vaga nos torneios da Conmebol em até cinco anos e vencer a Série A do Campeonato Brasileiro em até 20 anos.

A história da busca pela consolidação do esporte na Amazônia é feita de avanços e recuos.

São grandes as dificuldades dos clubes daquela região, a começar pela logística. Mas Couto diz que um dos pontos a orientar seu projeto amazônico é "investir no elenco, não na estrutura".

Para lá já partiram jogadores que tinham destaque em clubes tradicionais, casos de Ibson (Flamengo), Jô (Corinthians), Sassá (Botafogo) e Dentinho (Corinthians), entre outros.

O extraordinário Walter, capaz de vencer jogos com seu peso corporal invencível e sua técnica invejável proporcional, foi contratado pelo Amazonas em 2022, mas durou pouco tempo por lá. Depois disso, andou pelo Sul do País.

As idas e vindas e surpresas – nem sempre boas – são mesmo constitutivas desse esporte. Acaba de voltar ao noticiário, por exemplo, a história de Hazard, o craque belga considerado o melhor jogador da Copa do Mundo de 1998.

Imediatamente após a Copa, ele foi vendido do Chelsea para o Real Madrid. No time espanhol, sofreu com uma série de lesões – ele contabilizou 17 – e nunca conseguiu mostrar novamente seu futebol de driblador espetacular.

Agora, embora aposentado dos campos, volta a ser comentado porque o Real Madrid terá de pagar 5,8 milhões de euros ao Chelsea pela classificação para a final da Champions League.

O pagamento estava previsto no contrato de venda de Hazard, em 2019. Embora o contrato do valioso jogador tenha sido encerrado há quase um ano, quando ele decidiu pendurar as chuteiras, deve ser respeitado o que está previsto no contrato original, válido até 2024.

Esse episódio me fez lembrar de Rogério, atacante e companheiro desde o juvenil, que era chamado de bailarino por seus dribles e gestos espetaculares.

No Botafogo, Jairzinho jogava no meio do ataque e Rogério na ponta-direita. Imaginava-se que jogaria a Copa de 70, pela Seleção, mas não conseguiu se recuperar de uma lesão.

Como se vê, são comuns, no futebol, os jogadores talentosos que vagueiam pelo mundo da bola e, às vezes, desaparecem da nossa visão de forma quase inexplicável. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

De que é feito um astro?

TheObserver Josh O'Connor, o Príncipe Charles de *The Crown*, revela sua capacidade de transformação em dois filmes em cartaz: *Rivais* e *La Chimera*

POR TIM LEWIS

De que é feita uma estrela de cinema? O ator britânico Josh O'Connor, de 33 anos, mais conhecido, até este mês, como o Príncipe Charles de *The Crown*, tem refletido sobre essa questão.

No início deste ano, ele terminou um drama ambientado na Primeira Guerra Mundial chamado *The History of Sound*, com Paul Mescal. "Paul é meu amigo e foi incrível vê-lo trabalhar", diz O'Connor. "Não exagero ao dizer que ele é brilhante. Paul tem essa qualidade de estrela de cinema, seja lá o que isso for." Zendaya é outra. O'Connor está ao lado dela em *Rivais*, a aventura psicossexual sobre tênis de Luca Guadagnino (diretor de *Me Chame pelo Seu Nome*), em cartaz em vários países – Brasil incluído.

Eles interpretam dois lados de um triângulo amoroso lascivo, com Mike Faist como o terceiro. "Nunca fiz lançamentos como o de *Rivais*, então é estranho para mim", diz. "Estou uma pilha de nervos, e Mike também. Nós dois pensamos: 'Que p* é essa?'. E vejo como ela faz isso com classe e generosidade. Chame do que quiser: química, alquimia, talento, dom para estrela de cinema – Zendaya tem isso."

E quanto a O'Connor: ele tem potencial para o estrelato? "Não!", responde ele, com uma risadinha autodepreciativa. "Não estou sendo falsamente humilde. Sou uma pessoa muito ansiosa. Não acho que tenho força suficiente para ser uma estrela de cinema."

Talvez ele tenha razão. E isso não é, de modo algum, uma crítica. Quando nos encontramos no bar de um hotel no Soho, ele tinha acabado de voltar da turnê promocional de *Rivais*, que o fez viajar pelo mundo por várias semanas. "Foi exaustivo, confuso e assustador – às vezes, desconcertante", diz O'Connor, com seus cabelos castanhos despenteados e a barba irregular, recostado sobre a banqueta amarelo-mostarda, enquanto toma um *cappuccino*.

> "Não estou sendo falsamente humilde. Sou uma pessoa muito ansiosa. Não acho que tenho força suficiente para ser uma estrela de cinema"

O ator tem um jeito gentil e solícito. Em casa, suas atividades favoritas são mexer com cerâmica e jardinagem. Impossibilitado de fazer isso no *tour*, começou a bordar. O'Connor não irradia a vibração típica das estrelas de cinema. E isso também acontece na tela. As estrelas tendem a ser maiores e mais carismáticas que seus personagens, como se exercessem uma atração gravitacional. A grande habilidade de O'Connor é desaparecer nos papéis que interpreta.

Francis Lee, diretor de *O Reino de Deus* (2017), filme no qual o ator interpretou um peão de fazenda reprimido na Inglaterra, comparou sua capacidade de transformação à de Daniel Day-Lewis. Peter Morgan, criador de *The Crown*, disse que a chegada de O'Connor à série fez com que se lembrasse de quando trabalhou pela primeira vez com o ainda pouco conhecido Michael Sheen, em *The Deal* (2003).

A capacidade de transformação de O'Connor nunca foi tão evidente quanto agora. Em *Rivais*, ele é totalmente convincente como o tenista americano Patrick Zweig – presunçoso, mas não realizado. E ele também está em cartaz com *La Chimera*, da cineasta italiana Alice Rohrwacher, no qual vive Arthur, o talismã de um bando de saqueadores de túmulos.

Os dois filmes e os papéis não poderiam ser mais contrastantes. Isso também valeu para a experiência de filmá-los. Para *Rivais*, O'Connor – que não costuma frequentar academias – precisava estar tonificado e musculoso. E, embora sejam usados dublês, devia tornar-se razoavelmente hábil no tênis. Para isso teve aulas diárias, durante um mês, com Brad Gilbert, que treinou André Agas-

WB/MGM-AMAZON COMPANY E NEON



si e Coco Gauff. Guadagnino instalou os atores em coberturas do Hotel Four Seasons, em Boston, para que se recuperassem dos esforços a cada dia.

"Luca, certa vez, me disse que os atores são como cavalos de corrida", diz O'Connor, sorrindo. "E, para que o seu cavalo esteja na melhor forma, ele precisa ser preparado, cuidado e mantido em um bom estábulo."

***La Chimera*, por sua vez,** foi filmado na Itália, em duas partes. Entre uma e outra, ele filmou *Rivais*. Depois de tanto tênis, O'Connor retornou ao *set* de *La Chimera* malhado como jamais: "Entrei, tipo, para mim, na forma divina. Nunca estive nessa forma". Mas isso não fazia sentido algum para Arthur, que acaba de sair da prisão e está arrasado pela morte da namorada. O'Connor adotou uma dieta radical: comia apenas uma lata de atum e uma maçã na refeição principal do dia.

O'Connor quis morar na cabana de seu personagem, numa colina no Lácio, mas Alice não topou: o lugar não tinha um banheiro funcional nem, na verdade, muito telhado ou paredes. Chegou-se a um acordo de que O'Connor ficaria em

Papéis. Para fazer o tenista de *Rivais*, O'Connor ficou tonificado. Para viver Arthur, em *La Chimera*, comeu atum e maçã para perder os músculos



Fama. O ator britânico, de 33 anos, ganhou em 2021 um Globo de Ouro e um Emmy pela série *The Crown*

sua *van*, um caminhão de entregas reformado que ele chama de Winnie e pintou de amarelo.

Há, definitivamente, uma tendência *hippie* em O'Connor, que ele atribui à infância. Ele cresceu em Cheltenham, região central da Inglaterra, o segundo de três filhos de John, um professor de inglês, e Emily, parteira. As férias eram passadas acampando na França ou subindo montanhas.

O'Connor, que tem dislexia, foi educado em St. Edward's Cheltenham, uma escola particular mista onde seu pai lecionava. Ele se destacou em Artes, mas acabou se dedicando à atuação e ganhou uma vaga na escola de teatro Bristol Old Vic. No início da carreira, não teve muitas oportunidades.

Começou com pequenos papéis em *Doctor Who* e teve sua grande chance em *God's Own Country* (2017), filme de estreia de Francis Lee. Ao se preparar para o papel, O'Connor passou semanas trabalhando numa fazenda de ovelhas, onde construiu muros de pedra e ajudou no parto dos animais. Perdeu 10 quilos e, no fim, estava tão desgastado que teve de passar uma semana no hospital tomando soro.

"Isso foi o mais próximo de um método que eu fiz", diz O'Connor. "Esse filme estará sempre no meu coração, mas exigiu muito de mim. Demorei alguns anos para perceber que não seria capaz de manter esse nível de vida e trabalho profundo por muito tempo – simplesmente não daria certo."

O papel em *God's Own Country* rendeu-lhe o prêmio de melhor ator no British Film Award. Os prêmios – um Globo de Ouro e um Emmy – voltariam às suas mãos em 2021, com *The Crown*.

> "Adoro trabalhar, mas também adoro estar no meu jardim, cuidar das plantas e vê-las viver e morrer", afirma ele

No ano passado, O'Connor mudou-se de um apartamento no norte de Londres para uma casa num vilarejo nos arredores de Stroud, em Gloucestershire. Uma das razões era estar perto da família, mas ele queria, principalmente, um jardim maior e um pequeno ateliê de cerâmica.

Por causa de *Rivais* e *La Chimera*, O'Connor não tem passado muito tempo em casa. Quando pergunto que lições tirou dos últimos meses caóticos, ele responde pela tangente, trazendo à tona um de seus livros favoritos: *Cândido*, a sátira de Voltaire, do século XVIII, que pretendia destruir o otimismo da época. "Esse é um grande truque de entrevista", ri, "para dizer: 'Vamos colocar um pouco de literatura e deixar todo mundo feliz!'"

O'Connor refere-se ao final do livro, quando Cândido e seus companheiros, em viagem à Turquia, encontram um homem idoso sentado sob uma árvore. Impressionados com a simplicidade com que ele vive, perguntam-lhe o segredo de uma vida feliz. "Devemos cultivar o nosso jardim", ouve.

"Minha leitura dessa conclusão é que a jardinagem é, na essência, um pequeno ato de vida", diz O'Connor. "Cuidar daquilo, te dá um pouco de alegria – no Reino Unido, tipo dois meses por ano. Aí ele morre e você cuida dele de novo, o aprecia e depois ele morre. É algo repetitivo e inútil, mas que seguimos fazendo."

O que isso tem a ver com a carreira dele? "Minha resposta aos últimos meses não é: 'Ah, sim, quero mais'", explica pacientemente. "Adoro trabalhar, mas também adoro estar no meu jardim, cuidar das plantas e vê-las viver e morrer. Espero que esse contraste me mantenha com os pés no chão."

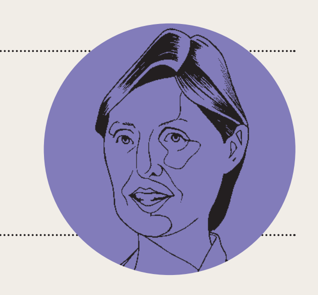
Josh O'Connor talvez não seja uma estrela de cinema, mas algo ainda mais especial. Desde que possa ser tirado do seu jardim. •

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

NETFLIX

ELNARA NEGRI

Livre-docente pela Faculdade de Medicina da USP e pneumologista do Núcleo Avançado de Tórax do Hospital Sírio-Libanês



Mistério desvendado

▶ Um novo estudo, publicado na revista *Nature*, identifica as células do tronco cerebral responsáveis pelas respostas autoimunes do nosso corpo

Desde os primórdios das civilizações, observações cotidianas tanto da ciência quanto da sabedoria popular especulavam que estados mentais diversos poderiam ter impacto em nossa saúde física e em nosso poder de reagir a diversas doenças. Muitas teorias foram desenvolvidas tentando, sem sucesso, explicar o poder da mente na manutenção ou na destruição da integridade física.

Um artigo publicado na revista *Nature* de maio começa a desvendar esse mistério. Os autores estudaram a interação do cérebro com o sistema imunológico e identificaram células no tronco cerebral que atuam como reguladores da resposta inflamatória. O artigo demonstra, pela primeira vez, que o cérebro rege o equilíbrio fino da resposta inflamatória. Essa descoberta deve dar novos rumos às pesquisas para tratamento de doenças inflamatórias e autoimunes.

Embora inédita, essa descoberta era há muito tempo presumida pelos cientistas. Sabemos que no tronco cerebral residem as áreas de controle da pressão arterial, da respiração e do ciclo de sono e vigília. Agora sabemos que lá reside também uma área importante do controle de nossa imunidade.

Para investigar como o cérebro controla a resposta imune, os autores monitoraram a atividade dos neurônios após injetar toxinas de bactérias no abdome de camundongos, desencadeando inflamação. Os pesquisadores identificaram células (neurônios) no tronco cerebral que eram ativadas em resposta à inflamação.

Quando estimulados com uma droga específica, esses neurônios se mostram capazes de reduzir a resposta inflamatória no sangue dos camundongos. De forma reversa, se o funcionamento desses neurônios é inibido, a resposta inflamatória torna-se desgovernada, aumentando cerca de 300% em relação ao animal com controle neural funcionante. O resultado comprova que o cérebro é capaz de modular fortemente o curso da resposta imune.

O estudo confirma que o nosso cérebro está em constante alerta a invasores externos. No entanto, essa reposta tem de ser finamente modulada: se for muito leve, pode permitir a vitória do invasor e, se for intensa demais, pode levar à destruição do órgão acometido. O estudo mostrou que essa resposta ocorre por meio da ativação de grupos de neurônios do nervo vago.

Trabalhos anteriores já haviam mostrado que o nervo vago, que liga vários órgãos do corpo ao cérebro, influencia as respostas imunológicas. Não se sabia detalhadamente, no entanto, que neurônios específicos seriam os responsáveis por sua ativação.

As fibras do nervo vago são responsáveis pela inervação de vísceras torácicas e abdominais, incluindo traqueia, esôfago, pulmões, coração, estômago, vesícula biliar, fígado, pâncreas, intestino delgado e parte do intestino grosso. Ele tem papel no controle da pressão arterial, da frequência cardíaca e em parte dos processos de digestão.

Já as fibras aferentes do nervo vago trazem ao cérebro estímulos sensoriais originados nesses diferentes órgãos, além de informações relativas ao paladar e à sensibilidade auditiva. Tudo o que vem do meio externo e adentra o nosso organismo – sons, gostos, toques, frio, calor, vozes – é transmitido ao cérebro, em boa parte, pelo nervo vago, suscitando, de forma inconsciente, uma resposta imediata e reflexa de nosso cérebro que, agora sabemos, pode interferir em nossa imunidade.

Um autor chamado Porges estudou, em 2004, essa via de ligação do nosso cérebro com o meio externo e a chamou de "neurocepção", que seria a capacidade do sistema nervoso de, subconscientemente, avaliar continuamente o nível de segurança ao redor para mudar seu estado fisiológico.

Seus estudos sugeriam que a estimulação do nervo vago, por meio de ferramentas como, por exemplo, a massagem, o relaxamento guiado, a respiração coordenada e o exercício, poderia ajudar na melhora de algumas doenças.

As pesquisas científicas que elucidam esses mecanismos são muito importantes, uma vez que detalham a enorme e desconhecida interação da esfera emocional e psicossocial no tratamento das doenças sistêmicas.

Como dizia Maya Angelou, poeta, escritora, atriz e ativista de direitos civis, que morreu em 2014, "você é a soma de tudo que já viu, ouviu, comeu, cheirou, disse, esqueceu – está tudo lá. Tudo influencia cada um de nós, e por isso eu tento ter certeza de que minhas experiências são positivas". Sigamos esse conselho, e agora mais embasados pelas novas descobertas da ciência. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Canções feitas para protestar

MÚSICA O movimento *Nueva Canción Latinoamericana* é recuperado em um livro que enlaça memórias familiares a histórias das décadas de 1960 e 1970

POR AUGUSTO DINIZ

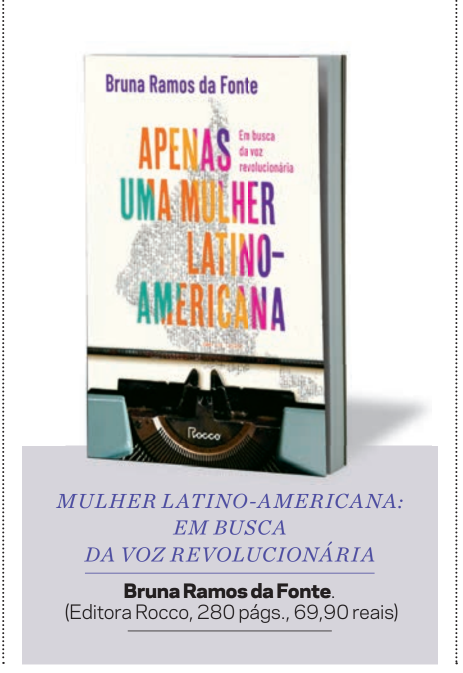
A música de protesto é um instrumento de denúncia antigo, mas, na segunda metade do século passado, por razões semelhantes, ganhou contornos mais evidentes no Brasil e nos países vizinhos. Em *Apenas Uma Mulher Latino-Americana: Em Busca da Voz Revolucionária*, Bruna Ramos da Fonte explora esse tema de forma muito particular.

O livro é um ensaio que mistura memórias familiares e vivências da autora a fatos históricos ligados à criação das canções contestadoras, notadamente na América Latina tomada por governos militares autoritários, nos anos 1960 e 1970.

Jornalista especializada na cobertura de direitos humanos, a autora conduz o relato a partir de um olhar político e social forjado no então efervescente ABC paulista, onde nasceu, no início da década de 1990. Bruna, além disso, tem outros quatro livros ligados à música: uma biografia de Sidney Magal, uma crônica biográfica de Roberto Menescal, um sobre a bossa nova e outro analítico dos últimos meses de Mozart.

O cancioneiro da chamada *Nueva Canción Latinoamericana – Nova Canção Latino-Americana*, movimento que pregava a temática social e política, além da valorização da arte tradicional do continente, em contraponto à massificação cultural imposta pelas multinacionais do entretenimento, tem dois expoentes ainda em atividade: Tarancón e Raíces de América, bandas formadas no Brasil.

Foram esses grupos, inclusive, que despertaram em Bruna Ramos, durante seus estudos em torno da música, um olhar para a América Latina. No livro, ela coloca em evidência o intercâmbio cultural entre os países da região e, além disso, descreve o ambiente vivido pelos artistas latinos mais engajados no período da repressão.



MULHER LATINO-AMERICANA: EM BUSCA DA VOZ REVOLUCIONÁRIA

Bruna Ramos da Fonte. (Editora Rocco, 280 págs., 69,90 reais)

Acontece, porém, que o Brasil quase não dialoga no âmbito cultural com os seus vizinhos, em parte pela barreira da língua, como diz a autora, mas também por autossuficiência e soberba.

Mas, quando os países foram tomados por ditaduras, a agregação, ao menos na música, funcionou. Basta lembrar das parcerias feitas por artistas como os cubanos Pablo Milanés (1943-2022) e Silvio Rodríguez, a argentina Mercedes Sosa (1935-2009) e os brasileiros Chico Buarque, Milton Nascimento e Caetano Veloso, entre outros.

O fato é que, ao terem de buscar abrigo em outros países por criticar o governo, os artistas brasileiros sentiram, à altura, a necessidade de uma integração e da adoção de um discurso uníssono contra os regimes militares apoiados pelos Estados Unidos. Foi assim tomando corpo a canção de protesto e a luta pela democracia, que, naquele momento, juntou diferentes criadores latino-americanos. Hoje, esses laços político-musicais, como pontua no livro Bruna Ramos da Fonte, estão desfeitos.

Em seu percurso narrativo, a autora não adentra no período auge das músicas de protesto no Brasil, na segunda metade dos anos 1960 – que já possui vasta literatura e cinematografia, principalmente focadas nos festivais da canção. Ela faz apenas apontamentos dos períodos pré e pós-golpe.

Algumas dessa canções, como *Acordar Amor*, de Julinho da Adelaide (pseudônimo de Chico Buarque) e *O Bêbado e a Equilibrista*, de Aldir Blanc e João Bosco, volta-


Intercâmbio cultural. A cantora argentina Mercedes Sosa (*acima*) e a chilena Violeta Parra (*à dir.*) estão entre os personagens do ensaio, que trata bastante também do Brasil

ACERVO/MUSEU VIOLETA PARRA/CHILE E ARQUIVO NACIONAL/HOLANDA

ram à tona durante o governo Bolsonaro.

Bruna, por outro lado, aprofunda-se em histórias menos conhecidas. Uma delas é a prisão do sambista Luiz Ayrão, em 1964, então estudante de Direito e membro da União Nacional dos Estudantes (UNE). Como Ayrão era muito ligado ao samba romântico, pouco afeito a intromissões políticas, esse é um fato pouquíssimo conhecido.

O livro detém-se também sobre o chileno Víctor Jara (1932-1973), morto pela ditadura de seu país e símbolo, na América Latina, do uso da arte como instrumento de manifestação política. O artista não utilizava o termo canção de protesto, por considerar que ele havia sido incorporado pela indústria fonográfica, preferindo a expressão "música revolucionária". Nos protestos de 2019, no Chile, suas músicas foram cantadas nas ruas.

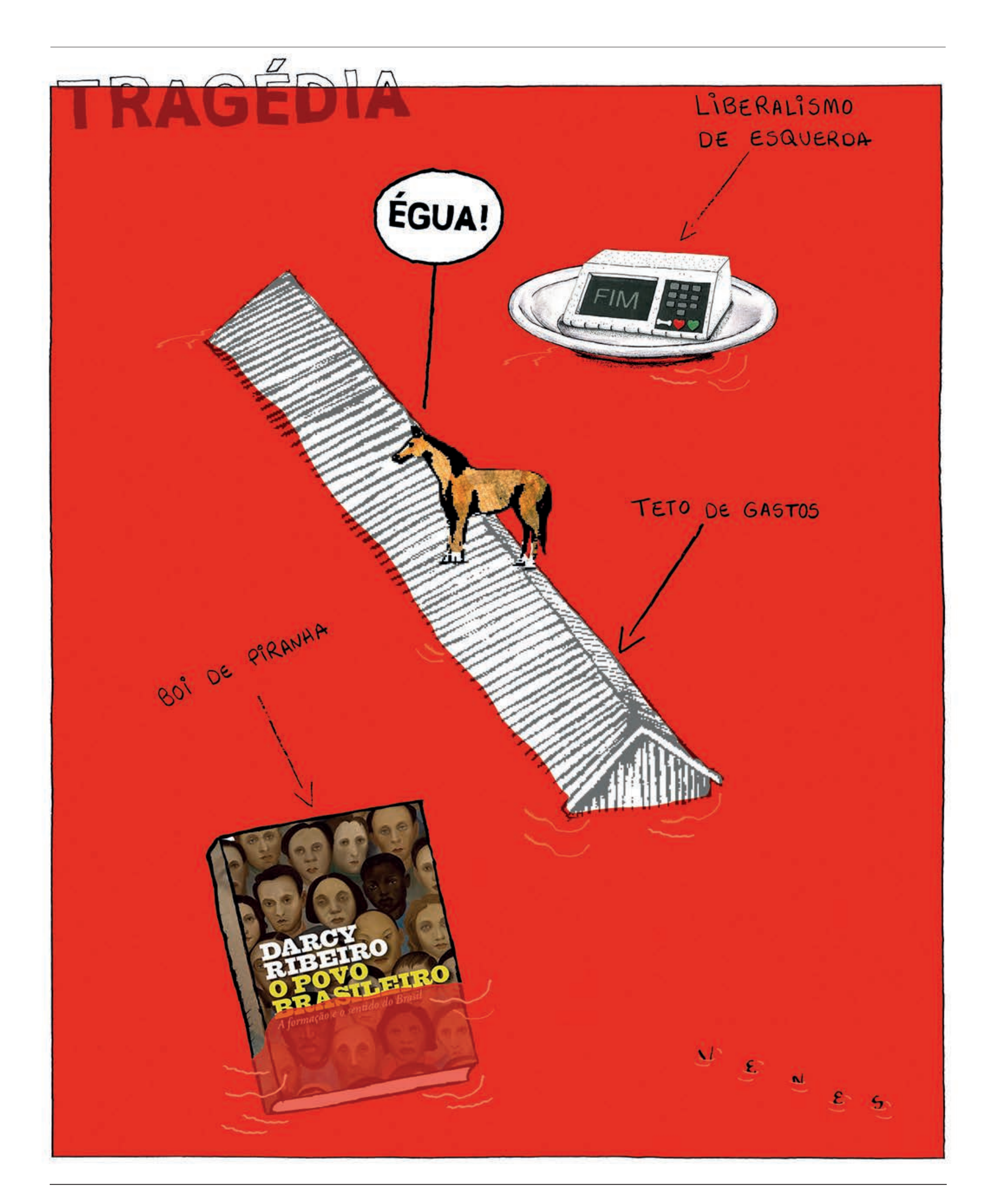
Violeta Parra (1917-1967), outra perseguida pelo ditador chileno Augusto Pinochet, tem tratamento extenso no livro. Bruna teve contato com Tita Parra, neta da cantora e compositora chilena, com quem se encontrou no Chile. No país, a autora entrevistou também o escritor Antonio Skármeta.

Argentina e Cuba foram outros países que Bruna Ramos visitou para realizar as pesquisas para o livro. Seu envolvimento emocional com o tema e seu posicionamento político perpassam todo o ensaio, que ganha, em alguns momentos, um tom quase didático.

Para historicizar seu tema, Bruna lembra que a música de protesto se consolidou no início do século passado, como elemento de resistência e crítica social.

Durante a Primeira Guerra Mundial, Maurice Ravel, que foi para o campo de batalha, fez uma composição em homenagem aos amigos mortos no conflito. Roger Waters, que ficou órfão ainda bebê, depois de o pai morrer em combate na Segunda Guerra Mundial, traduzia, em letra e melodia, no álbum *The Wall* (1979), do Pink Floyd, os efeitos nefastos da guerra. Bruce Springsteen, em *Born in The U.S.A.* (1984), refere-se ao sofrimento dos veteranos americanos na Guerra do Vietnã.

No Brasil, o cancioneiro de protesto reavivou no período entre o *impeachment* de Dilma Rousseff e o fim do governo Bolsonaro. Os álbuns *O Amor É Um Ato Revolucionário* (2019), de Chico César, e *Sobre Viver* (2022), de Criolo, são dois exemplos profundos na abordagem dos tempos sombrios recentes. •


TRAGÉDIA
LIBERALISMO DE ESQUERDA
ÉGUA!
FIM
TETO DE GASTOS
BOI DE PIRANHA
DARCY RIBEIRO
O POVO BRASILEIRO
A formação e o sentido do Brasil
VENES